

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CAROLINE RIBEIRO

Modo de Vida e Cuidados em Saúde Mental: uma reflexão necessária

**São Borja
2021**

CAROLINE RIBEIRO

Modo de Vida e Cuidados em Saúde Mental: uma reflexão necessária

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José Wesley Ferreira.

**São Borja
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

R484m Ribeiro, Caroline Modo de vida e cuidados em saúde mental: uma
reflexão necessária / Caroline Ribeiro. 75 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
SERVIÇO SOCIAL, 2021.

"Orientação: José Wesley Ferreira".

1. Modo de Vida. 2. Clínica Ampliada. 3. Adoecimento Mental.

I. Título.

CAROLINE RIBEIRO

MODO DE VIDA E CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08 de outubro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Wesley Ferreira
Orientador
UNIPAMPA

Prof.^a Dra. Rosilaine Coradini Guilherme
UNIPAMPA

Prof.^a Dra. Solange Emilene Berwig
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **ROSILAINE CORADINI GUILHERME, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/10/2021, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JOSE WESLEY FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/10/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/10/2021, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0634807** e o código CRC **5BDE95B5**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Jaqueline, minha mãe, por todo amor, apoio e compreensão que sempre recebi ao longo da vida. Te admiro principalmente enquanto mulher. Tua força é inspiradora. Existe muito de ti na conclusão dessa etapa.

Agradeço ao meu pai, Luiz, pelo apoio, amor e por sempre me lembrar da importância dos estudos. Cresci ouvindo que conhecimento nenhum ninguém tira da gente. Te dedico minha chegada até aqui.

Agradeço ao Eduardo Soares pelo apoio e torcida infundáveis ao longo desse e de tantos outros momentos. Tua crença em mim, assim como tua escuta às minhas necessidades, tornaram esse processo várias vezes mais leve. A vida contigo sempre é bonita.

Agradeço ao meu orientador e professor Dr. José Wesley Ferreira por ter acreditado nesse trabalho e em mim. Pelo apoio, incentivo e reflexões tão únicas que pude realizar ao longo desse período. Obrigada pelos ensinamentos e pela forma que tu compartilhas o que sabe; foi sempre um incentivo necessário dentro da academia e principalmente na escrita deste trabalho.

Agradeço às minhas companheiras de graduação e aos meus amigos que estiveram de alguma forma presentes nessa jornada. Cada um de vocês executou um papel mais importante do que posso mensurar em minha vida e nos anos de graduação.

Agradeço aos meus professores da UNIPAMPA por tanto conhecimento compartilhado e por defenderem de maneira tão assídua o ensino público e gratuito de qualidade. Tenho um pouco de cada um na profissional que me torno ao fim desse processo.

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram nessa jornada e que não foram mencionadas. Esse trabalho não é o trabalho de uma pessoa só. Existem grandes e várias pessoas por trás de quem me tornei.

Agradeço também aos profissionais do CAPS I pela acolhida no meu momento de Estágio Supervisionado, assim como os usuários, que foram objetos desse estudo. Me dediquei ao máximo para que essa pesquisa possa servir como contribuição para um trabalho que vise os princípios da Reforma Psiquiátrica, onde o foco do serviço seja o usuário, sua autonomia e seus modos de vida.

Por fim, agradeço a UNIPAMPA e a São Borja, lugares que me acolheram de braços abertos para que meu processo de graduação pudesse acontecer. Serei sempre grata e defenderei sempre em meu discurso profissional a universidade federal para todos, gratuita e de qualidade, assim como foi para mim.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é oriundo de um estudo qualitativo realizado com 2 (dois) usuários que frequentam um CAPS I em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Os resultados do estudo evidenciam que processos sociais decorrentes da desigualdade de gênero e de classe se interpenetram no modo de vida e se expressam nas relações familiares produzindo relações conflituosas que se desdobram em sentimentos de culpa e em relações de violência que agravavam o adoecimento mental. Também demonstram a ausência de apropriação do modo de vida dos usuários pelos/as profissionais de saúde o que indica a não consideração do adoecimento mental a partir de seus determinantes sociais e a incoerência do trabalho desenvolvido com os pressupostos da Clínica Ampliada. As proposições do estudo indicam a necessidade de planejar oficinas de educação permanente nos serviços com o intuito de qualificar os profissionais para o trabalho a partir da compreensão ampliada considerando os determinantes sociais no processo de saúde e doença.

Palavras-Chave: Modo de Vida; Clínica Ampliada; Adoecimento Mental.

ABSTRACT

This final paper comes from a qualitative study conducted with two (2) users who attend a CAPS I in a city in the interior of Rio Grande do Sul. The results of the study show that social processes arising from gender and class inequality interpenetrate in the way of life and are expressed in family relationships producing conflicting relationships that unfold in feelings of guilt and in relationships of violence that aggravate mental illness. They also show the lack of appropriation of the users' way of life by health professionals, which indicates the non-consideration of mental illness from its social determinants and the inconsistency of the work developed with the assumptions of the Expanded Clinic. The study propositions indicate the need to plan continuing education workshops in the services in order to qualify professionals to work based on a broad understanding considering the social determinants in the health and disease process.

Keywords: Way of Life; Expanded Clinic; Mental Illness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO MODO DE VIDA.....	15
2.2 A experiência como negação da ideologia dominante	30
3 METODOLOGIA.....	37
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1 Como as relações familiares impactam no modo de vida dos usuários de um CAPS I.....	42
4.2 A ausência da compreensão do modo de vida como objeto de trabalho: obstáculo para uma intervenção pautada na Clínica Ampliada	56
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como temática os impactos do modo de vida dos usuários de um CAPS I do interior do Rio Grande do Sul nos processos de adoecimento mental. A motivação para o trabalho deu-se através de aproximações com a instituição e seus respectivos usuários a partir do Estágio Supervisionado I em Serviço Social no período de 2019/02. Durante a observação identificou-se que a compreensão dos/as profissionais sobre o adoecimento mental centrava-se predominantemente no aspecto clínico, sem que houvesse a apreensão dos modos de vida dos usuários.

Tais inquietações resultaram no problema desta pesquisa, formulado a partir da seguinte pergunta: **Como os modos de vida dos usuários do CAPS I impactam nos processos de saúde e adoecimento mental desse segmento populacional, em 2019/02?** Para responder ao problema elaborou-se as seguintes questões norteadoras: **Como é vivenciada as relações familiares pelos usuários do CAPS I?**; Qual o significado atribuído pelos usuários em relação à participação no CAPS I? e Como a produção dos meios de existência impactam nos processos de saúde e adoecimento dos usuários?

O objetivo geral do estudo foi **desvendar como os modos de vida dos usuários do CAPS I impactam nos processos de saúde e adoecimento, com o propósito de oferecer subsídios que contribuam com a ampliação dos diagnósticos e intervenções em saúde.**

Inicialmente havia o intuito de realizar uma pesquisa qualitativa de campo com a técnica de entrevista semi-estruturada para coleta de dados, mas o contexto da pandemia de COVID-19 inviabilizou tal processo. Em virtude disso, utilizou-se de análise documental dos diários de campo para a coleta de material empírico¹ e essa mudança de rumos inviabilizou a apreensão de informações para responder às questões norteadoras relacionadas ao significado atribuído pelos usuários em relação a participação no CAPS I e também em relação a mediação entre a

¹ É sabido que tal procedimento metodológico é incoerente com os procedimentos de pesquisa, porque o pesquisador deve realizar análise documental em documentos produzidos por terceiros, o que não ocorre na análise dos diários de campo que são produzidos pela própria pesquisadora. No entanto, tal procedimento tem sido realizado nos trabalhos de conclusão de curso e há um acordo informal que legitima tal processo.

produção dos meios de existência e os processos de adoecimento mental. As experiências do estágio supervisionado demonstraram as mediações entre as relações familiares e o processo de adoecimento mental possibilitando responder a questão norteadora referente ao modo como os usuários vivenciam as relações familiares. Desse modo, o problema de pesquisa foi respondido parcialmente, pois o estudo possibilitou o desvendamento das mediações do modo de vida apreendido nas relações familiares com processos de culpabilização e de sofrimento que produzem e intensificam o adoecimento mental. Mesmo que processos sociais como desigualdade de gênero, desemprego e pobreza atravessem a análise das relações familiares, pois se interpenetram nas famílias condicionando as relações estabelecidas em âmbito privado, essas mediações foram analisadas a partir das relações familiares, porque os dados coletados na experiência do estágio centravam-se em tais relações.

Os resultados do estudo são importantes porque demonstram que os modos de vida dos usuários da instituição impactam no seu adoecimento mental. Desse modo, os achados podem corroborar com a Clínica Ampliada que propõe uma visão de trabalho na qual os sujeitos tenham suas demandas de saúde compreendidas para além da clínica tradicional, ou seja, é preciso considerar os determinantes sociais na vida do sujeito para que ocorra um trabalho ancorado nos preceitos da Reforma Psiquiátrica. O desenvolvimento de intervenções e abordagens que considerem o usuário em sua forma fragmentada, além de não atenderem aos princípios do Sistema Único de Saúde tais como a integralidade e interdisciplinaridade, tendem também a não explorar as expressões da questão social que perpassam os modos de vida dos usuários, uma vez que possuem apenas o aspecto clínico como foco.

Os dados empíricos obtidos demonstram que os profissionais tendem a não considerar o modo de vida dos usuários no planejamento do trabalho. Dessa forma, apontam para a necessidade de planejamento de oficinas de educação permanente para superar a dificuldade dos/as profissionais em se apropriar das demandas causadoras e intensificadoras do adoecimento mental que estão para além do aspecto clínico.

Além disso, os achados do estudo contribuem para que haja intervenções profissionais mais coerentes com os princípios da clínica ampliada, visando a promoção de saúde dos usuários, porque demonstram como o modo de vida pode impactar no desencadeamento e no agravamento do adoecimento mental. Também favorecem a realização de outros estudos e pesquisas sobre o tema, porque demonstram mediações entre questões como desigualdade social e de gênero que perpassam o modo de vida e os processos de adoecimento mental. Por isso, pode subsidiar futuras discussões em torno da importância de não dissociar o modo de vida da saúde mental no processo de planejamento do trabalho dos/as profissionais de saúde.

A pesquisa foi do tipo qualitativa descritiva com recorte na realidade de um CAPS I do interior do Rio Grande do Sul. Para coleta dos dados utilizou-se a análise documental. O documento escolhido para coleta dos dados foi o Diário de Campo elaborado pela autora durante o período de Estágio Supervisionado I, em 2019/02. A amostra compreende 2 (dois) usuários da referida instituição. O critério para escolha destes deu-se por conta das expressões da questão social presentes nas situações percorridas no Diário de Campo que contribuíssem para responder ao problema de pesquisa.

O referido documento apresenta informações sobre todo o processo de estágio na instituição, bem como registros sobre intervenções do/a profissional assistente social e de todos os/as outros/as que compunham a equipe técnica de trabalho, além de apontamentos sobre demandas dos usuários analisados e sobre seus modos de vida. Além disso, o Diário de Campo apresenta inferências e reflexões da própria autora sobre os processos de trabalho desenvolvidos e também analisados, do mesmo modo sobre as expressões da questão social presentes na vida dos usuários e as demandas provenientes desse processo.

A técnica utilizada para análise desses dados foi a de Bardin (2010) que acontece em três fases: na primeira acontece a pré-análise, na segunda a exploração do material e na terceira - e última - ocorre o tratamento dos dados, inferências pela autora e também a interpretação dos mesmos.

Sendo assim, o trabalho se estrutura em 1) Introdução; 2) Impacto das condições de trabalho no modo de vida; 3) Metodologia; 4) Apresentação da

pesquisa e análise dos resultados; 4.1) Como as relações familiares impactam no modo de vida dos usuários do CAPS I; 4.2) A ausência da compreensão do modo de vida como objeto de trabalho como obstáculo para uma intervenção pautada na Clínica Ampliada e, por fim, 5) Considerações finais.

O capítulo **2 O impacto das condições de trabalho no modo de vida** tem como objetivo discorrer sobre o processo de trabalho no Modo de Produção Primitivo, no qual ocorrem as formas de trabalho ligadas diretamente a transformação da natureza e com vias a suprir necessidades puramente de sobrevivência; o Modo de Produção Escravista, em que a produção material já não acontece mais exclusivamente para suprir referidas necessidades e os seres humanos não são mais livres e o Modo de Produção Capitalista, em que o trabalho não mais pertence ao indivíduo e os bens mínimos para sobrevivência são produzidos pelos seres humanos e comprado pelos mesmos.

É atrelada a discussão do capítulo o processo de transformação material da natureza, em que ocorre simultaneamente modificações subjetivas na consciência dos seres humanos e também a produção de valores, uma vez que os conhecimentos que são adquiridos na feitura de uma lança para caça, por exemplo, permite que os seres humanos identifiquem qual madeira é “boa” ou “ruim” para construção da lança, ou seja, o valor atribuído a madeira - bom ou ruim - tem base objetiva, mediada pela transformação da natureza. Também apresenta a alienação dos valores decorrentes da separação dos produtores em relação aos meios de produção que tem sua gênese no modo de produção escravista.

Discorre ainda sobre o conceito de experiência elaborado por Thompson (1981), que aponta como as vivências do cotidiano e as relações sociais são capazes de produzir consciência crítica no ser humano. Ou seja, apesar dos valores dominantes serem disseminados pela ideologia e tomados de forma predominante como “certos” pela sociedade, tem-se a possibilidade de negação desta forma alienada de pensar a realidade a partir das experiências dos sujeitos que também possuem potencial para gerar a crítica às ideologias.

O capítulo **4** discorre em seus itens sobre **como as relações familiares impactam no modo de vida agravando o adoecimento mental dos usuários e**

sobre como a **ausência da compreensão do modo de vida como objeto de trabalho obstaculiza uma intervenção pautada na Clínica Ampliada.**

Por fim, apresenta-se algumas totalizações provisórias com reflexões acerca dos pontos trabalhados ao longo da pesquisa. Também sugere-se algumas atividades e ações com vistas a fomentar a superação dos problemas apresentados com o intuito de alinhar as intervenções em saúde mental com os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Clínica Ampliada.

2 IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO MODO DE VIDA

A forma com que as pessoas experimentam suas vidas e vivenciam as expressões da questão social no cotidiano é o que denominamos modo de vida. O modo de vida impacta diretamente na saúde mental, gerando processos de sofrimento psíquico, mas, em contrapartida, as experiências vivenciadas também têm potência para produzir vida e conseqüentemente saúde.

Para isso, é preciso considerar os processos de trabalho que impactam a vida desse sujeito, bem como a configuração social capitalista e como ela impacta nesse movimento. Em suma, é necessário um traçado histórico sobre a categoria trabalho, como ela está posta nos dias atuais, sob a ótica capitalista, e em que patamar coloca o ser humano que vende sua força de trabalho.

Segundo Lessa e Tonet (2011), o principal pressuposto do pensamento de Marx é o fato de que os seres humanos, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Sem esse processo de transformação, os seres humanos não sobrevivem, porque sua existência física depende desta relação metabólica estabelecida com a natureza.

É pela necessidade que se desdobra em prévia-ideação que o ser humano, segundo os autores supracitados, consegue dar início ao processo de mudança da natureza; ele dispõe de sua necessidade de sobrevivência e elementos do mundo natural. Nesse contexto, o ser humano elabora e posteriormente executa a atividade de transformação do mundo natural em objetos que atendam às necessidades humanas.

Conforme Lessa e Tonet (2011), às necessidades humanas levam os sujeitos a pensar o processo de trabalho. Por exemplo, existe a urgência do sujeito quebrar um coco. Para isso, é preciso antecipar na consciência o resultado possível entre todas as alternativas que podem ser: bater o coco na pedra, ou construir um machado para quebrar o mesmo; esse é o processo de planejamento do trabalho que é finalizado com a objetivação da prévia-ideação. Se a alternativa escolhida para quebrar o coco for a construção do machado, a transformação de pedras e madeiras em machado é o objetivo do trabalho, tendo como produto o machado, que é objetivado para atender à necessidade humana de quebrar o coco.

O ser humano, após o processo de prévia-ideação e construção de seu machado, passa a adquirir novos conhecimentos decorrentes da experiência sensível do trabalho desenvolvido, por exemplo, a produção do machado incide na subjetividade, na consciência dos seres humanos que no processo de transformação adquirem conhecimentos sobre as propriedades das pedras e das madeiras que são objetos de trabalho utilizados para produção do machado. Posteriormente a objetivação do trabalho, os seres humanos são capazes de utilizar o machado objetivado para a construção de outros objetos que atendam necessidades humanas como habitações, cadeiras, ou para matar um animal com vistas a sanar a fome transformando a natureza a partir de suas necessidades de sobrevivência, contando com objetos, conhecimentos e habilidades que não possuíam anteriormente.

No processo de transformação material da natureza, ocorre simultaneamente modificações subjetivas na consciência dos seres humanos e se desencadeia também a produção de valores. Os conhecimentos adquiridos na produção das condições materiais de vida possibilitam a produção de valores. Por exemplo, os conhecimentos adquiridos sobre pedras e madeiras durante a produção do machado desencadeia atribuição de valores as pedras e madeiras, porque os seres humanos identificam que determinadas pedras são melhores para fazer o machado do que outras, também aprendem que algumas madeiras são boas para construção de arcos, mas ruins para fazer machados, ou seja, a atribuição de valor que informa sobre o que é “bom” ou “ruim” tem uma base objetiva, mediada pela produção humana dos meios de existência (BARROCO, 2005).

A práxis não tem como objeto somente a matéria; também supõe formas de interação cultural entre os *seres humanos*². Para transformar a realidade produzindo um mundo histórico-social, os *seres humanos* interagem entre si e tendem a influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. [...] Os valores, instituídos pela intervenção primária do *ser humano* na natureza, estabelecem mediações entre o *ser humano* e o objeto. Quando o *ser humano* cria uma obra de arte, se auto-reconhece no produto de sua ação como um sujeito criador. O objeto criado é valioso para ele porque expressa sua capacidade teleológica e prática. Ao mesmo tempo, esse objeto passa a existir independentemente do indivíduo que o criou; como um objeto artístico, cria valores e interfere no gosto estético da humanidade, propiciando a consciência da genericidade humana (BARROCO, 2005, p. 30).

² A troca de *homem/homens* por *ser/seres humanos* é realizada pela autora para que haja inclusão de gênero neste trabalho.

Pode-se explicitar esse processo de consciência da genericidade humana com o exemplo do fogo que era usado para esquentar os bandos e, durante o processo de conhecimento da natureza, foi usado para cozimento de alimentos. Essa descoberta mudou a relação da sociedade com a comida, e, aqui, iremos tratar especialmente da carne. Os seres humanos não mais precisavam comer ela crua, logo após a caça. O gosto da carne foi mudado, novas formas de preparo foram descobertas. A valoração do fogo, a partir do trabalho, mudou totalmente a relação da sociedade com a comida. Nesse processo o fogo foi socialmente aceito como bom para assar a carne que também passou a ser avaliada a partir de um juízo de valor, pois comer carne assada é “bom”, comer carne “crua” é ruim em um movimento que expressa as mediações estabelecidas entre a produção material e a produção cultural dos valores (BARROCO, 2005).

É assim, então, que pode-se atrelar as mudanças ocorridas a partir do trabalho para além da relação ser humano e natureza, pois elas abarcam também a relação entre os seres humanos. O machado, assim como o fogo, passa a fazer parte da história dos seres humanos e a influenciar e sofrer influências dessa história. Isso confere uma dimensão social a essas ferramentas, pois, como já citado, toda a sociedade passa a ser impactada pela existência do novo objeto e dos novos conhecimentos que abrem novas possibilidades para o desenvolvimento humano (LESSA; TONET, 2011).

Conforme o ser humano vai aperfeiçoando suas técnicas de produção a partir de novos conhecimentos e habilidades adquiridas, a capacidade de produção material se amplia da mesma forma. Os bandos migratórios foram capazes de construir ferramentas cada vez mais desenvolvidas e conhecer melhor o ambiente que os cercava. Segundo Lessa e Tonet (2011), da mesma maneira em que as forças produtivas se desenvolviam, era possível identificar o aumento de seres humanos dentro dos bandos. No modo de produção primitivo, todos trabalhavam e usufruíam dos produtos do trabalho. É assim que o conhecimento possibilitado à humanidade durante o trabalho permitiu a descoberta da agricultura, da criação de animais de rebanho e, conseqüentemente, desencadeou a existência do excedente de produção.

Tem-se, dessa maneira, a transição do Modo de Produção Primitivo para o Modo de Produção Escravista. O excedente agrícola acarretou um processo cheio de desdobramentos: o surgimento de classes sociais (senhores de escravos e escravos), da propriedade privada, do Direito (agrupamento de leis) e do conjunto de funcionários públicos, somado aos instrumentos de repressão dos escravos que também podemos nomear de Estado (LESSA; TONET, 2011).

No modo de produção escravista existe uma nova organização social: os seres humanos já não são livres (escravos), como no modo de produção superado, e a produção material já não acontece exclusivamente para suprir as necessidades de sobrevivência, pois há o excedente agrícola. É preciso, então, de uma instituição que normalize essas questões antes não presenciadas pela humanidade, momento em que surge o Estado, caracterizado como

[...] organização da classe dominante em poder político. Tal poder apenas pode existir apoiando-se em um conjunto de instrumentos repressivos (exército, polícia, sistema penitenciário, funcionalismo público, leis, etc.). Independente da forma que esse Estado assuma e das formas de exercer o poder, segundo Marx e Lukács, o Estado é, essencialmente, um instrumento de dominação de classe (LESSA; TONET, 2011, p. 51).

Concomitantemente surge o Direito, ao qual cabe

[...] regulamentar a vida social por meio de leis que jamais ultrapasse a dominação de classe. Como a principal divergência, agora, é entre os que detêm a propriedade dos meios de produção e os que têm apenas a força de trabalho, o objetivo fundamental do Direito será o de regulamentar a vida social de modo a que ela possa se reproduzir sobre a base da propriedade privada (LESSA; TONET, 2011, p. 52).

Sendo um instrumento de repressão, o Estado é responsável pelo controle sobre os escravos que eram propriedade de seus senhores, assim como as terras e das mulheres que nesse contexto passaram a ser apenas um instrumento de reprodução dos herdeiros dos chefes patriarcais. Em suma, a classe dominante era responsável pelo controle do modo de produção e do modo de vida que naturaliza questões como a escravidão, propriedade privada, machismo, homofobia e intolerância religiosa³.

³ A legitimação do direito à propriedade privada a alguns membros da sociedade em detrimento de outros demandou a produção de um sistema de valores com fins de naturalizar a desigualdade de classes. O Estado e seu sistema de leis assumiram essa finalidade de apresentar os interesses particulares como se fossem os interesses gerais, produzindo a ideologia que funda os valores

No modo de produção escravista, os seres humanos nascidos na condição de escravo tendem a não experimentar o estranhamento da escravidão e da separação dos meios de produção, porque a partir da assimilação da ideologia produzida pela superestrutura organizada pelo Estado, apreendem valores alienados que informam que o “bom escravo” respeita as “leis sagradas” em um processo que contribui com uma aceitação da ordem vigente, através da assimilação de valores reproduzidos pelo Estado, pelo Direito e pela religiosidade monoteísta⁴, que se encarregam de naturalizar e disseminar valores alienados.

Da mesma forma que os escravos tendem a assimilar valores que naturalizam sua condição de classe, as mulheres também subjetivam valores que naturalizam sua posição subalterna diante do chefe patriarcal e conseqüentemente na sociedade de uma forma mais ampla. Nesse processo a alienação na produção das condições materiais de existência vai se desdobrando na alienação nos valores, ou seja, os valores dominantes passam a ser parte do pensamento dos dominados que tendem a agir contra seus reais desejos e necessidades.

No entanto, é possível abrir um adendo e ressaltar que o modo de vida abre margem para produção de processos de emancipação, porque os sofrimentos e a

alienados. Tal sistema de valores alienados se sustentam em leis que naturalizam a propriedade privada e mudam o sistema de herança que, nesse período de instituição do modo de produção escravista, passou a ser concebido pelo direito paterno o que transformou a natureza das relações familiares que se tornaram monogâmicas em um movimento que atribuiu ao gênero feminino o papel de ser responsável pelas atividades de reprodução em âmbito doméstico. Infere-se que tal mudança produziu valores alienados que são subjetivados e contribuem para as mulheres conceberem que ser uma “boa mulher” é ser uma boa mãe que protege e se dedica a sua família mais do que a si mesma. Tais mudanças também atribuem aos homens valores que informam como devem vivenciar suas sexualidades, pois o chefe patriarcal deve produzir herdeiros em uma relação conjugal com mulheres, ou seja, processos sociais como machismo e homofobia são produtos da alienação nos valores. Também a intolerância religiosa e todas as demais formas de desrespeito à diversidade são produtos desse modo de vida que padroniza os seres humanos em formas sociais que favorecem a dominação na produção das condições materiais de existência.

⁴ No Modo de Produção Primitivo os seres humanos estavam mais sujeitados as forças da natureza na produção dos meios de existência. Tal relação de dependência das condições naturais produzia uma relação politeísta com o sagrado, porque se o rio estava cheio de peixes o Deus dos rios estava produzindo abundância, se o sol queimava os vegetais, o Deus do Sol estava zangando com os seres humanos. Já a partir do Modo de Produção escravista tal relação com o sagrado se tornou monoteísta, pois na produção das condições de existência os seres humanos se relacionavam com um senhor, da mesma forma que a fé religiosa passou a ser depositada em um único Deus. Ou seja, os valores alienantes se sustentavam em uma religiosidade monoteísta que contribuía para a aceitação da reprodução dos modos de vida alienados e fascistas que reconhecem como “bom e aceitável” apenas uma forma de ser mulher, criança, homem, enfim existe somente um “modo de ser humano”.

desigualdade social experienciadas na vida concreta nas sociedades de classes abrem espaço para a crítica. Os escravos, mesmo sob a ideologia da classe dominante, também podem produzir novos valores a partir de sua experiência concreta que possibilita a crítica à ideologia.

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no *“habitus”* de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1981, p. 194).

Thompson (1981) discorre sobre como, na teoria marxista, o termo “experiência” foi deixado de lado. Para o autor, os seres humanos estão sim postos sob uma ideologia dominante, mas as relações culturais, familiares e comunitárias também podem gerar consciência crítica. Os sujeitos não estão postos socialmente apenas como seres ingênuos e passivos, porque, segundo o autor, os valores culturais não são produzidos apenas no momento em que: “[...] *a malvada bruxa do Estado aparece! A varinha de condão da ideologia é agitada! E, pronto!*” (THOMPSON 1981, p. 193), os homens passam a seguir cegamente a ordem posta. Os escravos entre si, o ambiente que os cercava, os senhores que os dominavam: todas essas relações também eram criadoras de valores e consciência crítica. Apesar de estarem inseridos em um contexto permeado pela ideologia que naturalizava questões como a escravidão, isso não significa que as relações estabelecidas pelos sujeitos em suas experiências não geravam consciência e rebelião.

Barroco (2005) explica a relação da alienação na produção material com a alienação nos valores:

A valoração de um objeto supõe sua existência material concreta: seu valor corresponde a uma práxis que o transformou em algo novo que corresponde às suas necessidades, e, como tal, é bom, útil, belo etc. Por isso, o valor não é uma decorrência apenas da subjetividade humana; ele é produto da práxis (BARROCO, 2005, p. 29).

Conforme a autora, a produção da faca se dá em função de suas utilidades materiais, mas simultaneamente a existência material da faca desencadeia a

produção de valores. Ou seja, a faca não tem apenas o valor material de ser útil para a caça, pois também produz valores que são avaliados como negativos ou positivos, porque ela pode ser usada para matar um animal selvagem e salvar a vida de um ser humano, então ao sujeito da ação de matar o animal é conferido o caráter de herói gerando uma norma moral que considera a valentia um valor desejável. Por outro lado, a faca também pode ser utilizada para matar outra pessoa e nesse caso o sujeito da ação é considerado uma pessoa má, pois sua ação é considerada indesejável, não é aceita na convivência humana em uma dada sociedade. O peso valorativo dessas ações é socializado entre os sujeitos e o direito se encarrega de empregar sanções para o uso avaliado moralmente como negativo da referida faca.

Os escravos, no modo de produção escravista, e o proletariado, no capitalismo, são alienados em sua atividade material na qual se estranham, pois o trabalho aparece, nos termos de Marx (2004), como uma força hostil e antagônica. O trabalho, no modo de produção capitalista torna-se mercadoria, não possibilitando mais o desenvolvimento das potencialidades do ser humano com um ser genérico.

A Revolução Industrial (1775 - 1875) transformou o trabalhador em operário. O artesão que trabalhava em sua oficina, com suas ferramentas, sua matéria prima e com a posse do produto final é transformado, pelo mercado, em um trabalhador assalariado que perde a posse de todo o resto citado, menos da força de trabalho (LESSA; TONET, 2011).

O intenso desenvolvimento do capitalismo, em sua fase mercantil, se fez acompanhar da criação de uma força de trabalho assalariada e destituída de meios de produção. A trajetória do trabalhador se deu em rota oposta à da burguesia, pois, à medida que ela foi determinando seu alijamento dos meios de produção, a começar da terra, passando em seguida por suas atividades artesanais, o trabalhador foi sendo compelido a se submeter ao trabalho assalariado, indispensável para prover sua subsistência familiar. De camponês a “tecelão agrícola”, daí para tecelão e em seguida para trabalhador assalariado, esta classe empobrecida de camponeses, pequenos produtores e artesãos assalariados não teve como escapar das malhas da oligarquia burguesa, despontando já na segunda metade do século XVI como trabalhadores assalariados, portanto como proletários, no sentido etimológico do termo (MARTINELLI, 2000, p. 32).

No modo de produção capitalista, a nova forma de exploração do ser humano se dá pelo seguinte processo: ao estabelecer uma relação entre comprador (burguesia) e vendedor (proletariado) da força de trabalho, abre-se um novo período

da história social humana no qual os bens necessários à vida humana serão produzidos como mercadorias (GRANEMANN, 2009).

Cortando a relação do ser humano com a natureza, as novas relações sociais fazem com que os bens para o mínimo de sobrevivência sejam comprados por esses trabalhadores, que participam da produção dessas mercadorias e são destituídos da maior parte do resultado de seu trabalho.

Para que ocorra a compra dessas mercadorias, o trabalhador precisa de dinheiro, que será recebido a partir da venda de sua força de trabalho ao burguês. Contudo, o trabalhador nesse processo recebe um valor muito menor daquele que produziu e o restante, então, é o que podemos chamar de “segredo” da riqueza capitalista (NETTO; BRAZ, 2006).

[...] contratando o trabalhador por um salário diário de, digamos, R\$ 30,00 (expressão do valor real da mercadoria força de trabalho nas circunstâncias determinadas do valor da mercadoria força de trabalho nas circunstâncias determinadas do contrato), a jornada estipulada pelo capitalista só terá sentido para ele se, ao cabo dessa jornada, o trabalhador produzir um valor superior (excedente) ao equivalente àqueles R\$30,00; com efeito, o capitalista jamais contrataria um proletário para lhe restituir somente o valor expresso no salário: seria o mesmo que trocar seis por meia dúzia; assim, na jornada, contém-se um tempo suplementar de trabalho, no qual, o proletário produz um valor que excede o equivalente àqueles R\$30,00. É desse valor excedente (que se designa como mais-valia) que o capitalista se apropria. Note-se que, ao se apropriar desse valor excedente (expresso pelo ‘ da fórmula que já conhecemos) – mais exatamente: ao extrair o trabalhador: é que o salário representa sempre um montante de valor inferior ao produzido na jornada de trabalho (NETTO; BRAZ, 2007, p. 100-101).

A jornada de trabalho não acaba quando o trabalhador tiver produzido os valores necessários para sua reprodução social (compra de bens necessários à sobrevivência) produzido o suficiente para o recebimento de seu salário. Essa jornada perdura mais do que o necessário para o pagamento do salário e é esse montante excedente que chamamos de mais-valia. Em suma, esse lucro para o capital é produzido a partir da exploração do trabalho.

Segundo Luz (2008), o trabalho, nesse contexto, se apresenta como instrumento de opressão e de desumanização do ser humano. Ocorre uma transformação em que o trabalho deixa de ser uma atividade base do desenvolvimento das potencialidades do ser humano para tornar-se em algo que

impede este desenvolvimento citado e empurra o trabalhador para uma animalidade. O ato do trabalho não mais liberta o ser humano, mas faz dele um escravo em uma atividade que o oprime, que não oferece nenhuma satisfação pessoal e torna-se unicamente uma obrigação para sua sobrevivência.

[...] o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação (MARX, 2004, p. 83).

No processo de transformação do trabalho puramente em mercadoria, da separação do proletário dos meios de produção e do resultado de seu trabalho, chega-se no trabalho alienado que, segundo Barroco (2005), é o processo em que o trabalhador é separado da atividade que lhe confere identidade humana, alienado do objeto que ele mesmo criou, da relação consigo mesmo e com os outros. Essa cisão entre ser humano e objeto permite a reprodução das relações sociais nas quais a riqueza humana, produzida pelo proletariado, não é apropriada pelos mesmos (MARX, 2004).

Nessa relação de cisão entre objeto e sujeito, também ocorre uma relação de estranhamento, que, segundo Marx (2004), se expressa no movimento em que quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem para consumir; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna. O trabalhador cria um mundo objetivo que lhe é alheio, estranho, pois, ao produzir o produto de seu trabalho, cria um objeto, mas este não lhe pertence e possui existência independente daquele que o criou.

O trabalho não mais pertence ao indivíduo, não sendo, portanto, uma atividade de afirmação, mas de negação de sua humanidade: o ser humano não desenvolve nenhuma atividade livre que lhe garanta prazer e energia, apenas realiza o trabalho que lhe é estranho. Dessa forma, o ser humano só irá se sentir livre quando estiver em atividades deslocadas do trabalho, pois essa atividade o aliena de sua humanidade.

Esse processo que ocorre do trabalhador alienar-se de sua humanidade, do ser genérico social, se dá pelo fato de que “[...] o trabalho estranhado [...] estranha do *ser humano* a natureza, [...] [*e o ser humano*] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do *ser humano* o gênero [humano]” (MARX, 2004, p. 84). Em consequência, o ser humano se estranha de sua própria humanidade, pois o trabalho, agora alienado, transforma a vida do ser humano em algo alheio a ele, que servirá somente como meio para sua sobrevivência e existência individual. O ser humano, então, está estranhado do outro ser humano e os dois estão entranhados de sua humanidade.

Além disso, pontua-se que a reprodução do capital possui certas particularidades. Uma parte significativa da mais-valia precisa ser investida na produção, para sofisticar as forças produtivas. Esse processo é chamado de reprodução ampliada do capital, ou seja, é o consumo produtivo da mais-valia (MONTENEGRO; MELO, 2014). A reprodução ampliada, então, irá aumentar a extração de mais-valia, o que irá expandir proporcionalmente a exploração sobre o trabalho, já que é por meio dele que se constitui o fomento da riqueza dos donos dos meios de produção.

Esse consumo produtivo da mais-valia, portanto, é o que Marx (2011) denomina como acumulação do capital, não existe capitalismo sem a mesma, pois ela é a forma característica da reprodução material no capitalismo. As autoras supracitadas ainda discorrem sobre como a reprodução ampliada gera mais concorrência e competição entre os capitalistas, pois quem for mais eficaz na acumulação do capital conquista ainda mais o mercado, pois reduzindo os custos de produção será possível realizar a extração de mais-valia de seus trabalhadores em melhores condições e, por fim, irá acumular mais capital.

É necessário considerar o trabalhador nesse processo. Com maior competitividade entre os capitalistas, a sua força de trabalho precisa ser cada vez mais explorada para que a mais-valia cresça e seja possível a reaplicação do capital em inovações nos meios de produção, que irá se utilizar ainda mais dos trabalhadores e seguir nesse ciclo de exploração da mão de obra e extração da mais-valia para aplicação nos meios de produção. Não obstante, também impacta diretamente nas condições de trabalho.

Montenegro e Melo (2014) ainda apontam outras consequências da acumulação do capital para os trabalhadores como a constituição de um exército industrial de reserva.

[...] mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2011, p. 858).

Assim, a acumulação do capital leva ao surgimento de uma parcela de trabalhadores que vão constituir uma reserva de mão de obra desempregada, que deixa de existir apenas como fruto do desenvolvimento das forças produtivas e passa a existir como uma determinação ineliminável da reprodução do capital (MONTENEGRO; MELO, 2014).

Esse exército de reserva também pode ser usado como forma de coerção para os trabalhadores empregados, pois os salários podem sofrer diminuição, a carga horária pode aumentar, as condições de trabalho se tornarem degradantes e, os não contentes com tais decisões por parte dos capitalistas, podem deixar seus cargos porque tem sempre trabalhadores a postos para assumi-los.

No processo da existência do exército de reserva também se constituem processos de pauperização⁵ dos trabalhadores. Em sociedades pré-capitalistas, nessa nova configuração social se materializa pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas, a crescente produção de riqueza e apropriação por parte dos capitalistas dela.

Todo esse processo, então, é chamado por Marx (2011) como “lei absoluta geral da acumulação capitalista”. Produz acumulação da miséria e acumulação da riqueza como processos de crescimento proporcional e, conforme Netto e Braz

⁵ Segundo Marx (2011), o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

(2006), é desta lei que é derivada e determinada a questão social, que iremos definir como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho com meio para satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

Durante o período da Revolução Industrial é que a desigualdade social passa de ser um fato de ordem natural para algo derivado da produção de riqueza. A desigualdade social, nas sociedades pré-capitalistas, era ligada à escassez produtiva. As forças produtivas eram pouco desenvolvidas e, conseqüentemente, a produção mantinha-se em baixos níveis. Já no capitalismo a desigualdade passa a ser produzida pela ordem vigente, pela própria produção de riqueza em contraponto à produção de pobreza.

Para Iamamoto (2001), a análise das desigualdades sociais, que estão na gênese da questão social, também incorporam mediações que se relacionam à cultura, gênero e etnia que particularizam a vivência das desigualdades por determinados segmentos populacionais.

Com a posse de terra concentrando-se apenas nas mãos dos grandes proprietários, ocorre um processo de êxodo rural, em que aumenta a população urbana que irá se agrupar ao redor das fábricas em condições precárias. Passando pelo processo de expulsão de suas terras e tendo sua força de trabalho transformada em mercadoria. Eram trabalhadores assalariados que ainda assim viviam em situações de extrema vulnerabilidade, não possuindo direitos que regulassem suas jornadas de trabalho e tampouco subsídios para sua sobrevivência.

Outro ponto defendido por Lamamoto (2001) é que as resistências sociais, surgidas diante das desigualdades, também expressam a questão social, pois essa precisa ser apreendida a partir da classe operária exigindo seu reconhecimento pela parcela dominante da sociedade. As revoltas operárias ocorridas na Revolução Industrial exemplificam claramente o ponto da autora.

O aparecimento das máquinas, que deu início a fase do capital industrial, ampliou consideravelmente a demanda por mão de obra. Altera de maneira significativa o processo de trabalho, trazendo para o ambiente fabril mulheres e crianças, pois o uso das novas ferramentas não exigia força e tampouco aprendizado avançado.

Os operários, trabalhando longas horas nas fábricas, também precisavam estar por perto para serem acionados a qualquer momento, seguindo o ritmo que a produção demandasse. É assim, então, que se dá o surgimento das cidades industriais, constituídas por precárias vilas operárias. O cenário social apenas intensificava a grande desigualdade entre proletários e burgueses. Enquanto uma classe ascendia exponencialmente, a outra era massa explorada, cuja pauperização crescia na mesma intensidade que aumentava a riqueza da burguesia. No entanto, não é com passividade que os operários aceitam esse movimento. É possível encontrar desde as décadas iniciais do século XIX diferentes formas de manifestações pela classe trabalhadora.

Entretanto, a forma encontrada pelos trabalhadores de resistência não dirigia-se necessariamente ao opressor, mas ao meio para tal feito: a máquina. As primeiras revoltas contra as mesmas ocorreram na Europa, no final do século XVII, que levou as autoridades a proibir seu uso por certo período. Não havendo mudanças para a classe operária, em 1758 as primeiras máquinas são destruídas. É nesse cenário que o Parlamento Britânico promulga um decreto estabelecendo a pena de morte como punição. Sem resposta a suas manifestações, os operários viram a necessidade em recorrer a estratégias mais fortes, articulados em massa contra a condição que eram colocados de serem apenas um acessório para as máquinas, cuja força de trabalho era comprada a preços cada vez menores (MARTINELLI, 2000).

Com as revoltas tendo como objetivo a destruição de máquinas e fábricas e resultado algum sendo obtido, aos poucos os trabalhadores começam a perceber que a real opressão era na relação com os donos dos meios de produção. Essa tomada de consciência, então, organiza os operários em uma classe com demandas coletivas e com consciência social. Um exemplo clássico da organização em classe dos trabalhadores é a greve geral de agosto de 1842, que perdurou por cinco anos, fazendo com que, finalmente, o Parlamento provesse concessões à classe trabalhadora. As maiores conquistas são a lei da mineração, a abolição dos impostos de importação do trigo e a lei que fixava a jornada de trabalho em dez horas (MARTINELLI, 2000).

Embora possuidores de valores alienados e destituídos dos meios de produção, a experiência dos operários levou a organização coletiva que pouco a pouco conquistou legislações que marcam o período histórico no qual ocorre a regulamentação da jornada de trabalho de 10 horas. É a partir desse ponto que pode-se discorrer sobre a experiência concreta dos trabalhadores possibilitando o desenvolvimento da consciência crítica. Da mesma maneira abordado anteriormente no texto o fato de que os escravos, no modo de produção escravista, passavam pelo processo de tomada de consciência a partir da experiência concreta da vida cotidiana, aponta-se que esse processo também ocorre nessa nova configuração social.

Segundo Lessa e Tonet (2011), o capital impõe sua dinâmica própria a toda a reprodução social. De um lado, como estruturador de um mercado mundial e, do outro, como estruturador da vida cotidiana de cada um de nós. Assim como no modo de produção escravista, no capitalismo ocorre o movimento de trabalho alienado que também se encarrega de alienar os valores produzidos socialmente. A burguesia, responsável pela compra da força de trabalho do proletariado, é igualmente responsável pela produção ideológica.

[...] na produção social da própria existência, os *seres humanos* entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de

produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos *seres humanos* que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Marx (2008) nesse trecho discorre sobre como os seres humanos produzem sua vida, mas de maneira condicionada pelo capital, não como querem. Aqui, apontamos sobre a alienação dos valores, condicionada diretamente pela produção material. Os desejos e as vontades são atravessados pela ideologia posta socialmente. A ideologia, aqui, iremos conceituar como:

[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUÍ, 2008, p. 108-109).

Nesse processo, a consciência e as vontades dos indivíduos são condicionadas pelos interesses da classe que domina a produção material. A ideologia, então, é responsável por naturalizar a exploração, responsável por manter a ordem do capital, fazendo com o que o trabalhador não questione ou se revolte contra uma situação em que foi roubada sua condição humana, em que sua força de trabalho é transformada em mercadoria e seu trabalho não-pago é o que mantém o capital em funcionamento (CHAUÍ, 2008).

Entretanto, como já mencionado neste texto, Thompson (1981) discorre sobre as possibilidades da experiência concreta produzir também consciência crítica e a negação da ideologia. As revoltas operárias ocorridas na Revolução Industrial, tratadas logo acima, podem ser usadas como exemplo que mostra como o viver concreto produz consciência nos seres humanos. O modo de produção capitalista intensifica exponencialmente as desigualdades sociais vivenciadas pelos trabalhadores, mas é também a partir dessa vida desigual que os mesmos

começaram a entender que se constituem enquanto classe com interesses opostos aos dos capitalistas. A ideologia rege os valores dominantes na sociedade, mas a experiência, o cotidiano, o sofrimento dos operários, também pode levar a uma tomada de consciência coletiva, negando os valores dominantes postos socialmente.

2.2 A experiência como negação da ideologia dominante

O modo de produção capitalista transforma o trabalhador puramente em mercadoria e também condiciona o modo de vida dos mesmos. Tudo que o trabalhador possui é sua força de trabalho, que será vendida em troca de um salário que irá garantir apenas a satisfação das mais básicas necessidades para sua existência física. Esse processo reduz a existência humana a algo que se assemelha a uma existência animal, pois o ser humano trabalha apenas para suprir as necessidades imediatas (MARX, 2004).

Barroco (2005) conceitua esse processo como alienação do trabalhador, no qual o trabalho é realizado de modo a negar suas potencialidades emancipadoras. O trabalho não mais possui um caráter de atividade livre, que irá produzir consciência individual e coletiva. Agora, os sujeitos fatores da ação não mais se reconhecem no processo de trabalho que desenvolvem e tampouco no objeto que produzem. Sendo assim, o trabalhador se aliena da atividade que lhe confere identidade humana, pois, como pontuado acima, o trabalho impõe leis tendênciais as demais relações sociais.

O trabalho torna-se um processo que causa sofrimento ao ser humano, algo feito unicamente pela necessidade de garantir o básico para sua sobrevivência imediata. Aqui, o ser humano não se reconhece mais enquanto ser genérico na atividade que desenvolve, pois seus desejos são negados e está preso em um processo em que não desenvolve mais nenhuma energia física e espiritual livre. O ser humano, assim como sua mão de obra, é transformado unicamente em mercadoria.

Com o estranhamento do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho e também da atividade em si, Marx (2004) aponta como outra determinação o estranhamento do ser genérico social. É o processo em que o ser humano está afastado da sua essência humana. O trabalho não é mais fonte de emancipação, de

produção de conhecimentos individuais e coletivos, mas sim uma atividade que aliena a vida social do ser humano, transformando-a em uma coisa alheia ao trabalhador.

E esse trabalhador, alienado em seu próprio trabalho, percebendo o produto com estranhamento e tendo sua vida genérica negada, acaba também por estranhar os outros, e essa cisão é decorrente do processo de alienação e estranhamento do trabalho e de si mesmo. Os seres humanos estão alienados, assim, de sua essência humana. Alienando-se de sua humanidade, o trabalhador também é alienado de seus valores. Esses valores são produzidos pela classe dominante da sociedade, a burguesia, e são socializados entre os seres humanos como ideologia.

Os seres humanos, no modo de produção capitalista, possuem suas vontades e desejos previamente condicionados pela ideologia dominante. Segundo Chauí (2008), não existe uma ideologia “verdadeira”, uma que não seja dominante. Não existe tampouco o processo de transformar a ideologia “falsa” por uma “verdadeira”, pois, segundo palavras da autora, a ideologia não pode dizer tudo porque se o dissesse se destruiria por dentro, isto é, se a ideologia mostrasse seus processos como forma de dominação e controle social, iria mostrar a face que esconde.

Citamos o modelo monogâmico de família. Anteriormente, as relações familiares eram poligâmicas, em que as relações eram livres, mas as filiações eram certificadas apenas pela maternidade, o que não possibilitava o reconhecimento de herdeiros. Com o surgimento da propriedade privada e a necessidade de herdeiros por parte dos proprietários, temos a constituição da família monogâmica, que transforma, também, as mulheres em propriedades dos homens, pois estas serviam apenas para a procriação dos referidos herdeiros.

A autora segue o exemplo da família, que, no sistema capitalista, é pintada como uma única instituição, que possui gênese juntamente com a propriedade privada, molda tipos de comportamentos entre pessoas, dissemina valores alienados e impõe um modo de vida determinado. Usa-se como exemplo a figura materna, que tem como papel a reprodução da força de trabalho procriando filhos em famílias proletárias e por esse motivo não possui direito ao aborto decente. Ou, então, que o lugar honroso da mãe é para que esta se mantenha fora do mercado de trabalho,

para que não compita com o pai e lhe tire sua autoridade dentro e fora do núcleo (CHAUÍ, 2008).

Nesse movimento de constituição monogâmica de família, legitimado pelo Direito e ideologia, podemos situar o machismo e a desigualdade de gênero como consequência desse processo, pois constituem-se enquanto alienação dos seres humanos no âmbito dos valores. Essa repressão sexual, então, legitima a sexualidade pela procriação, desconsiderando outros tipos de famílias.

Esses valores alienados disseminados socialmente atravessam as subjetividades impactando nos desejos individuais das pessoas que para se adequar a forma de família aceita socialmente seguem padrões comportamentais heteronormativos e machistas. Como tais valores são impostos socialmente, muitas vezes, eles não condizem com a diversidade de desejos humanos em relação ao exercício da sexualidade e em relação aos modos de vida e os sujeitos precisam se esforçarem para se adequar ao “modelo correto” de organização familiar, de ser homem, mulher, de viver a sexualidade, dentre outros modelos padronizadores dos modos de vida. Esse esforço que os sujeitos realizam para se ajustar ao modo de vida “correto” produz adoecimento físico e mental.

Os desejos experimentados pelo ser humano durante sua vida são desejos impostos à ele; desejos que vem de fora. Esses desejos são moldados a partir dos valores disseminados pela ideologia, conforme supracitado, mas nem sempre são aquilo que a pessoa realmente quer para sua vida. Um homem, por exemplo, que se descobre gay ao longo da vida, mas que foi ensinado desde sempre que relações homossexuais não são o certo, que o padrão que deve ser seguido é a família composta por pai e mãe, ambos performando a heteronormatividade, passa por intensos processos de negação e sofrimento. Precisa reprimir aquilo que deseja verdadeiramente, pois não é o “certo”, o aceito socialmente.

Do mesmo modo ocorre o processo de machismo. São valores ensinados no núcleo familiar e social para mulheres sobre formas de comportamento e jeitos de pensar que condicionam uma completa existência. Chauí (2008, p. 102) discorre sobre essa questão:

Muitos movimentos feministas lutam contra o poder burguês porque ele é fundamentalmente um poder masculino que discrimina social, econômica,

política e culturalmente as mulheres. É considerado um poder patriarcal, isto é, fundado na autoridade do Pai [...]. É um poder que legitima a submissão das mulheres aos homens, tanto pela afirmação da inferioridade feminina (fraqueza física e intelectual) quanto pela divisão de papéis sociais a partir de atividades sexuais (feminilidade como sinônimo de maternidade e domesticidade).

Além disso, o machismo acarreta em processos de violência psíquica para as mulheres, ao definir comportamentos submissos, além de violência física, pois concede ao homem e ao Estado direitos sobre o feminino. Esses direitos proíbem o aborto seguro, por exemplo, onde retira a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo e decide sobre seus direitos reprodutivos.

A partir da discussão iniciada acima, aborda-se o sujeito que utiliza a Política de Saúde Mental, que por conta de sua patologia, por vezes não possui emprego, ou encontra dificuldades em se encaixar em ambientes que estão cheios de preconceitos e visões estereotipadas acerca da saúde mental, o que leva então esse sujeito a não conseguir dar conta do papel social atribuído ao homem pela ideologia intensificando o sofrimento psíquico. Do mesmo modo a mulher mãe, usuária da política, que, por conta da patologia, encontra dificuldades em reproduzir o papel imaculado de mãe posto pela ideologia.

É possível ainda trazer para a discussão também a *ideologia da competência*, que, segundo Chauí (2008, p. 105), é aquela que oculta a divisão social das classes ao afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas).

Vejamos algumas consequências perversas produzidas pela ideologia da competência. Se ser competente é vencer a competição e subir na hierarquia de uma Organização, como se sente o desempregado? A ideologia burguesa lhe ensina, no cotidiano e na escola, que o trabalho é uma virtude que dignifica o homem, e que não trabalhar é um vício (a preguiça, a malandragem). A ideologia da competência lhe ensina, no cotidiano, na organização escolar, na organização empresarial, que só a competência no trabalho assegura felicidade e realização. Ocorre, porém, que a atual forma do capitalismo [...] não precisa de muita gente trabalhando na produção, e por isso gera o desemprego. No entanto, o desempregado, ignorando o que se passa e orientando-se pelo que foi inculcado pela ideologia, sente-se culpado pelo desemprego, humilhado e num beco sem saída (CHAUÍ, 2008, p. 107-108).

A ideologia da competência, então, é a responsável pelo sentimento de fracasso que o trabalhador experimenta ao longo da vida por suas condições de classe, pobreza, falta de emprego. O discurso meritocrático propagado pela sociedade capitalista dispõe toda a culpa em cima do sujeito pela condição na qual se encontra.

O sujeito citado anteriormente, usuário da saúde mental, pode se encontrar também desempregado. Esse sujeito irá experimentar a culpa pela sua condição mental, física e financeira, pois a ideologia propaga o discurso da meritocracia, onde não trabalha unicamente aquele que não quer, que não se esforça o suficiente, pois as oportunidades estão dadas. Dessa maneira, inviabiliza o respeito à diversidade humana, porque os sujeitos em sofrimento mental diagnosticados com doenças psíquicas por médicos psiquiatras não se encaixam na forma de ser humano padronizado pelo capitalismo, o que acaba intensificando o sofrimento desse indivíduo que carrega a culpa absoluta sobre a situação em que se encontra.

Entretanto, não é apenas pela ideologia de valores alienados que o ser humano experimenta sua vida.

E quando à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de desistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistema que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1981, p. 188-189).

Desta forma, os valores dominantes se apresentam como “formas de ser” idealizadas que condicionam a apreensão da vida, mas os seres humanos também passam por processos de produção de consciência crítica durante suas vivências quando as mesmas são pensadas a partir de sua concreticidade. Para Thompson (1981, p. 189), “as pessoas não experimentam sua própria existência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...] elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, [...]”. O autor discorda que os valores, como expressões da cultura, sejam totalmente impostos pelo Estado, através da ideologia. Porém,

segundo Martins (2006), isso não significa negar que os valores são atravessados pela ideologia, mas afirmar o caráter contraditório desses processos. É a afirmação de que homens e mulheres possuem a capacidade de romper com condições impostas.

É pelo modo de vida que os sujeitos lidam com essas situações. Martinelli (1999) aponta que o modo de vida é o modo como esse sujeito constrói e vive a sua vida. Portanto, envolve seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas. Um exemplo, então, é que o sujeito tenta adequar-se a ideologia, mas não consegue, pois não é feliz. Na experiência concreta, ele descobre que pode viver a vida de outro jeito, assim fazendo um processo de negação.

Iremos exemplificar esse processo da seguinte maneira: um homem é criado em uma sociedade que tem como *certo* a heterossexualidade, ou seja, uma sociedade que acaba por condenar atos que não sigam esse padrão heteronormativo. À vista disso, esse sujeito a qual nos referimos é criado com padrões definidos sobre o que pode ou não pode ser, já que sua orientação sexual não é o tido como padrão social.

Mesmo que tenha seus valores definidos sobre o que é *certo* e *errado* em termos de sexualidade, esse indivíduo pode descobrir em seu modo de vida algo para além da sexualidade hétero imposta socialmente, que irá saciar seus desejos próprios de uma maneira que os padrões estabelecidos jamais poderiam. Pode identificar-se enquanto homem gay, por exemplo.

Entretanto, mesmo que reconheça que os padrões estabelecidos pela ideologia não são capazes de satisfazer seus desejos, ainda assim está inserido na sociedade dominante que condena comportamentos que fujam do *certo* e *normal*. As consequências que derivam de relacionamentos que não sigam esse padrão social podem configurar-se enquanto homofobia, lesbofobia e bifobia, entre outros. Dessa forma, esse indivíduo pode encontrar meios de reproduzir os valores dominantes na vida pública, ao passo que nega esse processo na vida privada.

Esse movimento pode ser caracterizado como vida dupla, em que para a sociedade performa os trejeitos heterossexuais tidos como *certos*, como o casamento com uma mulher e a constituição de uma família, enquanto, para sanar

os desejos próprios - que não são advindos da ideologia -, relaciona-se sexualmente com outros homens na vida privada.

Aponta-se que essa estratégia de vida dupla utilizada como válvula de escape pode também ser uma fonte de intenso sofrimento psíquico, já que mesmo que esse sujeito encontre formas de vivenciar seus desejos, essa negação dos valores dominantes pode trazer consequências para as demais relações em sua vida. Essas consequências manifestam-se na vida desse sujeito enquanto expressões da questão social, como o alcoolismo, por exemplo, já que a bebida pode tornar-se um escape para o sofrimento psíquico e a vida dupla, assim como o desemprego, que pode derivar do abuso excessivo de álcool mencionado.

É dessa maneira que pontua-se a articulação entre a ideologia e os processos de adoecimento mental dos sujeitos. A experiência sensível poderá negar os desejos impostos pelos valores dominantes na forma de reconhecimento de outras maneiras de atender aos desejos próprios em seu modo de vida. Contudo esse movimento pode ser causador de sofrimento, já que o sujeito não pode ser quem é na vida pública já que o que é, é tido como *errado*.

A contradição causada pelo desejo próprio e os desejos impostos pela ideologia a partir de valores socialmente construídos - heteronormatividade, por exemplo - causa sofrimento no indivíduo e, conseqüentemente, a intensificação das expressões da questão social nessa vida.

O usuário da política de saúde mental, citado algumas vezes ao longo do texto, também experimenta esses processos onde a ideologia padroniza os modos de vida. Dessa maneira, todas as questões imbricadas na vida, sobre o papel social da família, machismo e homofobia, irão impactar um sujeito que já sofre psicologicamente.

Esse ser humano, usuário da política e inserido dentro da ideologia, pode sofrer com o agravamento de seu adoecimento mental pelos processos que não consegue realizar em sua vida, mas que é dito socialmente que ele precisa dar conta. Questões como trabalho, experiência da sexualidade, o papel de mãe para as mulheres usuárias, a construção de uma família que não siga os padrões heteronormativos, de famílias monoparentais.

3 METODOLOGIA

A metodologia trata dos procedimentos e caminhos a serem percorridos durante a pesquisa, com a finalidade de captar a realidade na qual se insere o objeto de estudo. É, portanto, o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. A construção metodológica de uma pesquisa clama por um instrumental claro, coerente e elaborado (MINAYO, 1994).

A pesquisa deu-se enquanto qualitativa do tipo descritiva, que possibilita ao pesquisador compreender seu objeto de estudo pela experiência dos sujeitos pesquisados, sem os tirar de sua realidade, como é posto por Martinelli (1999) “[...] nessa metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos”. O sujeito não precisa ser posto a parte de sua realidade, recortado do mundo em que vive para participação no estudo. É feito também um recorte nessa realidade a ser observada, como nessa pesquisa, que tem como foco apenas os usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I do interior do Rio Grande do Sul.

Sendo um estudo qualitativo, também possui caráter descritivo e tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. A pesquisa descritiva se propõe a estudar as características de um grupo, como a distribuição de idade, sexo, renda e escolaridade de determinado grupo social (GIL, 2008).

Além disso, também foi feito uso do estudo de campo, que, segundo Gil (2002, p. 53) é definida como:

[...] o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.

Dessa forma, para coleta dos dados, foi formulado um roteiro de observação utilizado para guiar a coleta dos dados, que foram retirados do Diário de Campo referente ao Estágio Supervisionado I em Serviço Social, que ocorreu no período de 2019/02.

O estudo qualitativo requer um processo em que o pesquisador, assim como o sujeito pesquisado, também possui suas vivências, é influenciado por sua realidade e não chega a uma pesquisa de *saco vazio* (MARTINELLI, 1999). A pesquisa qualitativa, então, é aquela na qual o pesquisador e pesquisado não possuem relação de hierarquia. Na pesquisa qualitativa três pressupostos dão base para sua concretude: o primeiro deles traz o sujeito em sua singularidade, sendo essencial a escuta por parte do pesquisador, onde ele vai até o sujeito, dentro de seu contexto, de sua vida, permitindo que ele se revele em sua totalidade; o segundo é sobre compreender o modo de vida daquele sujeito, sua experiência com outros e com o mundo, como constrói e vive sua vida e, por fim, o terceiro pressuposto, onde conhecer o modo de vida do sujeito acarreta no conhecimento de sua experiência social (MARTINELLI, 1999).

Como técnica de coleta de dados utilizou-se da análise documental, que “[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45). O documento utilizado para coleta dos dados referentes ao modo de vida dos usuários do CAPS I deu-se enquanto o Diário de Campo proveniente do Estágio Supervisionado I em Serviço Social.

No referido documento apresenta-se relatos sobre as mais variadas situações que passaram-se no período entre julho e novembro de 2019, haja vista que o estágio apresentava-se enquanto observação, ou seja, não abria espaço para intervenções no campo. Entre as ações percorridas no Diário aponta-se visitas domiciliares, entrevistas, atendimentos individuais, grupos de convivência e abordagens com a comunidade, assim como interações com os usuários durante oficinas terapêuticas em que pude me inserir.

A pesquisa documental possibilitou a obtenção de dados que referiam-se a diversos aspectos da vida dos usuários, estes sendo extraídos através de inúmeras abordagens realizadas pelo/a profissional assistente social supervisor/a de campo, acompanhadas e observadas pela estagiária inserida no campo. As informações contidas no documento apresentam-se com grande intensidade de detalhes e com reflexões acerca do trabalho profissional do/a assistente social, das expressões da

questão social presentes naquela realidade e das mediações realizadas pela equipe da instituição.

Para que pudéssemos atingir o objetivo desta pesquisa, realizamos a priori um roteiro de análise documental com aspectos que conduzissem a conteúdos que respondessem às questões norteadoras, que em seu conjunto respondem ao problema de pesquisa. Como supracitado, o conteúdo encontrado nos Diários de Campo possibilitaram a apreensão do modo de vida a partir das relações familiares. Na análise documental dos diários de campo também emergiu a não apropriação do modo de vida dos usuários pelos profissionais de saúde e tal constatação, por sua relevância, foi problematizada em um dos subcapítulos que tratavam dos resultados empíricos do estudo.

O método escolhido para que seja possível compreender o modo de vida dos usuários do CAPS I e de que maneira ele impacta em seu processo de adoecimento mental foi o dialético-crítico, que, segundo Gil (2008, p. 14), fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

O materialismo histórico e dialético, então, contribui para uma compreensão da realidade a partir da totalidade, é preciso partir da realidade social, mas investigando suas mediações com os fatores estruturantes da sociedade. Quando o fenômeno se apresenta em sua aparência não é possível identificar seus determinantes estruturais e, para a identificar suas relações com a totalidade, é preciso partir da forma imediata como a situação se apresenta e logo após apreender, por sucessivas aproximações, as causas profundas presentes na realidade que compõe o fenômeno. Dessa forma, é possível explicitar o fenômeno através de categorias que irão possibilitar a descoberta das mais variadas determinações do objeto de estudo (LARA, 2007).

Dessa forma, para a compreensão do objeto desta pesquisa, utilizou-se as categorias centrais do método: totalidade, contradição e historicidade. Para Konder (2008), a totalidade se constitui como a compressão do todo como um processo em constante mudança, em que existe a mutualidade entre todas as realidades que o constituem. Assim, tratar o modo de vida dos usuários a partir de sua relação com a

totalidade requer a compreensão de como os processos sociais produzidos estruturalmente se expressam na vida dos mesmos. Tal processo ocorre a partir do aprofundamento das articulações dialéticas entre as partes e o todo. Parte-se do todo para as partes e das partes para o todo, a fim de retornar para as partes de forma aprimorada e nesse movimento a historicidade está presente. Conforme Prates (2003, p. 95-96):

Este movimento pressupõe a historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e transformação do *ser humano*, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos.

A contradição, segundo Konder (2008, p. 47),

[...] é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem.

Dessa forma, a contradição se dá como eixo para o desenvolvimento das mudanças ocorridas na totalidade, ela é a negação e afirmação dos processos sociais que irão atravessar as relações dos sujeitos que são objetos de estudo.

O universo da pesquisa envolveu o conjunto de Diários de Campo produzidos no período entre agosto e dezembro de 2020, porém, sendo o universo muito amplo, a pesquisa foi realizada a partir de uma amostragem.

[...] nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. É o que ocorre, sobretudo, nas pesquisas designadas como levantamento ou experimentos. Quando um pesquisador seleciona uma pequena parte da população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar. Para tanto necessita observar os procedimentos definidos pela Teoria da Amostragem (GIL, 2008, p. 89).

Utilizou-se amostragem não probabilística do tipo intencional, em que o critério de inclusão ocorre pela seleção de um subgrupo da população que possa ser considerado representativo de toda a população (GIL, 2008). À vista disso, foram selecionados todos os documentos que discorriam sobre relações familiares e sobre a não apreensão do modo de vida como objeto de trabalho por parte dos/as profissionais.

Para análise dos dados utilizou-se da técnica de Bardin (2011), que pode ser definida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

A análise de conteúdo possui três etapas: na primeira dá-se a pré-análise, na segunda a exploração do material e na terceira - e última - ocorre o tratamento dos dados, inferências pela autora e também a interpretação dos mesmos.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A coleta dos dados se deu a partir da experiência de Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social em um CAPS I, realizado no segundo semestre de 2019 pela autora. Para a coleta dos dados, foi desenvolvido um roteiro de análise documental para analisar os diários de campo com o intuito de responder às

questões norteadoras que em seu conjunto contribuem para responder ao problema de pesquisa. As questões norteadoras referem-se às relações entre usuários e destes com os profissionais de saúde no espaço da instituição e à convivência dos usuários com a família. Nessa seção serão analisados 2 (dois) casos que mostram de que maneira a convivência familiar pode afetar na saúde mental dos usuários e de que forma essas relações são apreendidas e trabalhadas pelos profissionais do CAPS I.

4.1 Como as relações familiares impactam no modo de vida dos usuários de um CAPS I

Deparando-se com os dados colhidos através da experiência de Estágio Supervisionado I em Serviço Social no CAPS I, é possível identificar a situação de Pedro⁶, usuário da instituição, que reside com a mãe Maria e o pai Luciano. Nesse caso desvenda-se inúmeras expressões da questão social, como a violência doméstica e o uso abusivo de álcool que se expressam por meio de agressões psicológicas e verbais, conforme o extrato a seguir:

[...] o usuário se mostrava mais calmo durante a semana e mais agressivo perto dos finais de semana porque tinha uma relação conflituosa com seu pai Luciano que chegava na sexta. O pai fazia uso abusivo de álcool e agredia psicologicamente e fisicamente sua mãe Maria e nessas ocasiões Pedro partia para cima do pai para defender a mãe que se voltava contra Pedro, que a partir de então agredia a mãe e o pai, gerando agressões físicas generalizadas (Ribeiro⁷, 2019).

As agressões de Pedro contra sua mãe articulam-se diretamente com o fato da mesma defender seu companheiro, em momentos em que o filho intervinha a seu favor, agredindo Luciano, seu pai. Quando Pedro decide defender a mãe das agressões constantes que sofre do marido, vivencia uma situação surpreendente porque ele agride o pai para defender a mãe que se volta contra ele. Esse contexto

⁶ Pedro é usuário do CAPS I e compõe a primeira família analisada, juntamente com Maria, sua mãe, Luciano, seu pai e uma vizinha da família, referenciada apenas como “vizinha”. Os nomes citados ao longo da análise dos dados são fictícios para que a identidade dos usuários e suas famílias sejam totalmente preservadas. Todas as informações foram retiradas de Diários de Campo produzidos ao longo do processo de Estágio Supervisionado I em Serviço Social, realizado no período de 2019/2.

⁷ Quando utilizado “Ribeiro” aponta-se para inferências da própria autora retiradas de Diário de Campo.

produz confusão mental entre os valores apreendidos socialmente, que informam que devemos honrar pai e mãe e as vivências concretas nas relações familiares, por isso, agrava o sofrimento psíquico de Pedro.

Somos socializados tendo a figura materna como a mais próxima de uma divindade, a qual devemos amor e respeito incondicional. A Bíblia já traz em um de seus mandamentos: “honra teu pai e tua mãe, a fim de que tenhas vida longa na terra que o Senhor, o teu Deus, te dá.”. A concepção de amor devoto aos pais, principalmente a mãe, é tão velha quanto o livro mais antigo que possuímos.

Também somos ensinados que mães colocam seus filhos à frente de qualquer coisa, inclusive de si mesma. São valores disseminados pela ideologia que nos moldam subjetivamente para “santificar” as mães, ao passo em que cobram das mesmas a forma de amor mais puro com os filhos. Na sociedade capitalista regida por valores dominantes, a figura materna é posta como figura sagrada, que possui amor incondicional com suas crias, disposta a deixar de lado qualquer necessidade própria para suprir necessidades dos seus (CHAUÍ 2008; MARX, ENGELS, 2005).

Conforme Ribeiro (2019), “[...] *Pedro acaba por partir para cima do pai nas situações em que presencia a violência contra a mãe [...]*”. O mesmo toma essa atitude violenta na relação com Luciano no intuito de defender sua mãe, porque tem forte vínculo afetivo com ela, sentimento que é legitimado pelos valores dominantes que informam que filhos devem amar incondicionalmente suas mães. No entanto, sua mãe se volta contra Pedro quando ele agride seu companheiro gerando um contexto em que Pedro sente ódio da mãe Maria, assim rompendo com valores apreendidos pela ideologia dominante, porque: “*o usuário mostra-se agressivo inclusive contra a própria mãe, partindo contra a mesma com violência*” (Ribeiro, 2019). Portanto, a vivência cotidiana permeada pela violência doméstica desencadeia um contexto no qual Pedro inicia um movimento de negação dos valores apreendidos, porque sua mãe não chancela sua atitude de defendê-la, o que desencadeia agressões físicas na relação (CHAUÍ, 2008; MARX e ENGELS, 2005).

Para esse sujeito, enquanto filho, o papel social da figura materna não está sendo cumprido. Há um sentimento de abandono nessa relação familiar, pois a preferência pelo companheiro demonstra que o filho não é a figura mais importante na vida de Maria. Dessa forma, o sujeito que já se encontra em sofrimento mental,

passa por processos de abandono emocional na relação com a figura materna e se vê em um contexto no qual se confunde, pois não há coerência entre os valores apreendidos socialmente e a sua experiência sensível.

A experiência de Pedro faz com que ele desenvolva uma atitude que vai de encontro com os valores apreendidos pela reprodução da ideologia, pois no momento em que sente ódio da mãe e parte para a agressão física contra a mesma, o usuário desenvolve uma atitude incoerente à forma social “correta” de relacionamento entre mães e filhos (THOMPSON, 1981). No entanto, logo após a explosão que acontece por sua parte, tem-se o momento de culpa, que é responsável pelo agravamento do sofrimento mental desse usuário. Mesmo que em sua experiência sensível se desenvolva sentimentos que vão contra o afeto que sente pela mãe, desencadeando raiva e agressões, Pedro não se desprende do amor que cultiva por sua genitora em apenas alguns breves momentos de raiva. O usuário também não nega os valores apreendidos de amor incondicional entre mãe e filho, o que acarreta em um sentimento de culpa pelo episódio da violência.

Quando suas ações vão contra aos valores dominantes apreendidos, Pedro é colocado pela sociedade em uma posição de loucura e insanidade, como podemos perceber nesse extrato do depoimento de uma vizinha da família: *“a gente vê, né, que ele bate muito na mãe dele porque ele tem esses problemas, vai no CAPS, não tem muito controle dele mesmo [...]”* (Diário de Campo). Aqui fica explícito que aos olhos de vizinhos o motivo de Pedro voltar-se violentamente contra a própria mãe não está atrelado ao processo de experiência de violência doméstica vivenciado pela família, mas sim ao seu adoecimento mental.

A compreensão geral das ações de Pedro parte diretamente de seus transtornos mentais, pois não são consideradas questões importantes como o abandono afetivo que sofre na relação com a mãe, tampouco as agressões que presencia todo final de semana quando o pai Luciano está em casa. Pedro é colocado enquanto louco por conta de seus CIDs, não pela violência que o acomete.

Desse modo, compreende-se que o esperado socialmente desse sujeito é o pleno controle de suas ações, que tenha “atitudes centradas” e consiga conter as emoções para que não chegue ao ponto de agredir fisicamente a mãe e o pai. Quando Pedro perde o controle e agride a figura que, segundo os valores

dominantes, deveria receber respeito incondicional de sua parte, é apenas levado em consideração seu CID. No entanto, o usuário agride sua mãe porque a mesma naturaliza as agressões que sofre do companheiro.

Por outro lado, não é possível culpabilizar a figura materna, pois se identifica vários aspectos que levam a compreender a existência de dependência emocional e financeira da mãe de Pedro em relação a seu companheiro. Tem-se uma situação em que o responsável pela maior parte da renda é Luciano, o mesmo que pratica violência física e emocional contra a esposa.

Conforme os vizinhos, a mãe de Pedro é: “[...] *uma mulher bem boa, evangélica, tá sempre na igreja, foi criada na igreja, ora muito, cheia de fé*” (Diário de Campo). Fica evidente que os valores da mãe de Pedro são permeados pelo cristianismo, que impõe obstáculos para se rebelar contra o casamento e o companheiro. Os valores dominantes disseminados socialmente abolem o divórcio e a religiosidade dominante o torna algo idêntico ao pecado. Tem-se, então, uma mulher que mesmo sofrendo violências na carne, foi criada subjetivando a ideologia, que dá margem para que a violência que sofre não seja motivo para deixar o companheiro (CHAUÍ, 2008).

Além disso, quando identifica-se a dependência financeira, também nota-se obstáculos para a superação da violência doméstica. Segundo os vizinhos: “[...] *é difícil, dá pra ver que é difícil, com um filho que vai pro CAPS e o outro preso. Tem também o marido, que só faz beber, mas pelo menos traz o dinheiro né*” (Diário de Campo). As sucessivas aproximações possibilitaram entender o contexto em que essa mulher se insere, ela possui dois filhos, um que está preso e necessita que a mãe leve comida, roupas e um pouco de dinheiro no presídio e Pedro, que possui transtornos mentais e é usuário do CAPS I do município e recebe o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

No entanto, o BPC não é suficiente para garantir o sustento dela e dos filhos. Por isso, ela identifica no casamento e na relação com o companheiro uma fonte de renda que possibilita condições financeiras para proporcionar os cuidados que os filhos demandam. A dependência financeira favorece a manutenção da relação conjugal, mesmo em situações degradantes nas quais vivenciam a violência física e emocional na relação com o companheiro.

Infere-se que a violência doméstica se perpetua em decorrência de duas expressões da questão social que são decorrentes da alienação na produção material e da alienação nos valores. O rompimento com a relação conjugal permeada de violência é obstaculizada pela pobreza e dependência financeira e também pela subjetivação dos valores dominantes na consciência da mãe de Pedro que se torna hospedeira da opressão⁸, o que condiciona o processo de superação da violência doméstica que vivencia. No entanto, as relações vivenciadas concretamente na relação conjugal geram dificuldades para a mãe de Pedro se “adequar” ao modelo ideal de mãe reproduzido pela ideologia, porque sua experiência demonstra que para garantir a subsistência financeira da família é preciso “aguentar” os processos de violência doméstica em um movimento no qual a mesma tende a desenvolver sofrimento psíquico porque suas condições materiais não possibilitam o desenvolvimento das funções atribuídas pela ideologia as mulheres (BARROCO, 2005; CHAUI, 2008; MARX e ENGELS, 2005).

Desse modo, a alienação moral produz sofrimento psíquico tanto na mãe de Pedro, que tende a se culpar por não garantir plenamente os cuidados do filho, como em Pedro, que se culpa por agredir fisicamente a mãe. Constata-se que esses processos sociais⁹ que se interpenetram nos processos particulares e nas subjetividades dos indivíduos devem ser desvendados e problematizados nas intervenções propostas pelos/as profissionais de saúde, pois são desencadeadores de sofrimento psíquico.

Aponta-se também a dependência financeira que ocorre por parte de Pedro em relação à mãe. Mesmo que o usuário seja recebedor do BPC, ele não encontra-se dentro dos padrões de normalidade esperados pela sociedade para que

⁸ Os sujeitos se tornam hospedeiros da opressão quando assumem os valores dominantes que os oprimem como sendo os seus valores. Então a consciência passa a hospedar pensamentos que legitimam modos de ser que oprimem os próprios sujeitos em um processo que expressa a alienação moral (BARROCO, 2005).

⁹ Para aprender a questão social na experiência dos usuários é preciso compreender como os processos sociais decorrentes da estrutura e da superestrutura se interpenetram nos processos particulares e na subjetividade. Os processos sociais são desencadeados nas relações de produção e na forma de regulação estatal e são vivenciados pelos usuários nos processos particulares, nas relações afetivas no âmbito familiar, nas relações de amizade, na comunidade mais próxima na qual o sujeito vive. A subjetividade é compreendida como unidade dialética, pois os processos sociais produzidos externamente nas relações sociais capitalistas são subjetivados nas consciências dos sujeitos (TURCK, 2008).

seja capaz de gerir sozinho sua vida, ou até mesmo para inserção no mercado de trabalho. Pedro é um usuário que contém CID de esquizofrenia e retardo mental moderado, o que torna sua fala desconexa e desorganizada, seu raciocínio é lento e possui dificuldade de apreensão de noções básicas, como de certo e errado. Mesmo que o usuário se mantenha em tratamento e com quadro de saúde mental estável, algumas limitações¹⁰ sempre irão estar presentes em sua vida.

Pedro não consegue se inserir no mercado de trabalho pois seu transtorno mental o torna incapacitado para tal ato e tampouco possui maturidade mental para que seja capaz de cuidar sozinho do próprio benefício, este sendo sua única renda. Com a impossibilidade do trabalho, e a conseqüente dependência da mãe que precisa exercer o cuidado de Pedro, depara-se com uma relação em que não existe apenas dependência financeira, mas também a dependência de cuidado, o que propicia uma situação em que, mesmo com os conflitos enfrentados na família, o usuário não possui outra alternativa a não ser permanecer sob os cuidados da mãe.

As condições que afetam a não entrada de Pedro no mercado de trabalho podem criar sentimentos de invalidez e de não pertencimento, já que apenas somos considerados parte integrante da sociedade quando estamos produzindo. Para o capital, o sujeito perde seu valor e significância a partir do momento em que não vende sua força de trabalho (MARX; ENGELS, 2005). Existe um modo de produção das condições de existência padronizado que requer um ser humano padronizado/idealizado e os usuários em sofrimento mental não se “encaixam” nessa *forma fascista* de ser humano que estigmatiza e exclui aqueles que em suas características e perfis expressam a diversidade humana.

O capitalismo define papéis exatos para serem seguidos e Pedro ocupa o lugar de loucura, de incapacidade, não sendo visto pela sociedade como cidadão, porque suas características pessoais não se encaixam no modelo de ser humano padronizado e fascista produzido socialmente. O mesmo acontece com Maria que também não consegue assumir o papel de mãe, em que o cuidado e amor incondicional são suas características mais marcantes. Essas ideias e valores

¹⁰ A ideologia molda padrões comportamentais *certos* e *errados* para a inserção dos seres na sociedade. Podem ser padrões físicos ou intelectuais. Seres humanos que apresentam transtornos mentais não se encaixam nessas categorias, haja vista que a grande maioria apresenta fala comprometida, dificuldade de compreensão, discernimento, *certo* e *errado*.

padronizam o conceito de família, de mulher e de homem, em que espera-se que os comportamentos sejam guiados unicamente pelos valores delimitados pela ideologia (CHAUÍ, 2008; BARROCO, 2005).

Revelam-se situações em que essas ideias padronizadoras de comportamentos são reproduzidas fortemente no cotidiano de famílias e desencadeiam outros problemas tais como a superproteção, que acaba por limitar o desenvolvimento da autonomia. É o que pode-se identificar com Felipe¹¹, também usuário do CAPS I, que tem longo histórico com transtornos mentais e apresenta uma relação deveras complicada com a mãe Fátima.

Quando Felipe sai da casa dos pais para morar com a companheira Luana, recebe muita chantagem emocional por parte da mãe, que tem dificuldades em aceitar a mudança do filho, ligando várias vezes ao dia cobrando visitas, dizendo que precisa de ajuda para toda e qualquer coisa [...] (Ribeiro, 2019).

Identifica-se uma relação de dependência da mãe com o filho, já que a mesma é extremamente apegada a ele. Isso fica evidente nas diversas ligações telefônicas que passou a fazer ao filho quando ele foi residir com sua companheira Luana. Esse excesso de apego faz com que Felipe: *“culpe-se demais por ter, em sua visão, abandonado a mãe [...]”* (Diário de Campo). Tal processo contribui para que o mesmo ceda às vontades da matriarca e passe mais tempo ajudando do que na casa que agora reside com a companheira.

Essa culpa sentida por Felipe pode se relacionar com o fato da mãe ter vivido a maior parte do tempo para cuidar do filho, desenvolvendo uma relação muito próxima entre os dois, porque: *“desde muito novo, ele apresentou problemas com esquizofrenia com alguns episódios depressivos, em decorrência disso a mãe assume intensamente os cuidados com Felipe”* (Ribeiro, 2019). O adoecimento mental de Felipe intensificou em sua mãe “instintos maternos”, ocasionando uma relação de superproteção com o filho que produziu obstáculos para o mesmo desenvolver autonomia nas decisões concernentes a sua vida.

¹¹ Felipe é usuário do CAPSI e compõe a segunda família da mostra, juntamente com Fátima, sua mãe, Luana, sua companheira e uma vizinha da família, referenciada apenas como “vizinha”. Os nomes citados ao longo da análise dos dados são fictícios para que a identidade dos usuários e suas famílias sejam totalmente preservadas. Todas as informações foram retiradas de Diários de Campo produzidos ao longo do processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, realizado no período de 2019/2.

Dessa forma, o papel que essa mãe cumpre é aquele vendido pela ideologia, em que a figura materna deve abdicar de sua própria vida para que o filho seja bem cuidado. No entanto, percebe-se que esse cuidado extremo gera uma dependência emocional gigantesca, porque Felipe sente-se obrigado a estar perto da mãe para retribuir a atenção recebida, o que intensifica a confusão mental e o sofrimento psíquico do mesmo quando ele sai da casa da mãe para residir com Luana. Ou seja, um processo que expressa a autonomia do usuário em relação a sua vida, é simultaneamente produtor de culpa.

Um dos valores que guiam nossos comportamentos enquanto sociedade é de que devemos eterna gratidão aos nossos pais, que muito provavelmente fizeram grandes sacrifícios ao longo da vida para que pudessem proporcionar aos filhos a melhor educação e a melhor vivência. Porém o que é pouco discutido é sobre como o filho se sente quando a relação com os pais é conflituosa, abusiva e agressiva. A ideologia aponta direções exatas para comportamentos, ações e sentimentos, pouco considerando desejos individuais e a experiência concreta em relação às situações que ocorrem no cotidiano (BARROCO, 2005). Dessa forma, Felipe foi criado em uma sociedade que prega o quão grato ele deve ser em relação à mãe, que sempre cuidou dele, principalmente depois que apresentou problemas com a depressão, mas sem o considerar como sujeito capaz de ter autonomia em relação à própria vida, como podemos identificar no Depoimento de Luana:

[...] quando ele decidiu sair de casa, nossa, foi a maior confusão! Ela não queria que ele fosse pra longe, dizia que o Felipe não ia conseguir se cuidar sozinho [...] dizia também que precisava muito da ajuda dele, porque estava velha, precisava de cuidado e atenção [...] (Diário de Campo).

À vista disso, identifica-se uma situação em que Felipe foi sempre muito contido pela mãe que assumiu um papel de superproteção em relação ao filho em um processo no qual a relação mãe e filho não potencializa o desenvolvimento da autonomia do mesmo que segundo Fátima: *“não ia conseguir se cuidar sozinho [...]”* (Diário de Campo). Por ter passado grande parte da vida dedicando-se ao cuidado de Felipe, pode-se interpretar que esse comportamento no qual sua mãe demonstra necessitar do filho por perto está diretamente ligado à devoção que ela acredita que o filho deve a si mesma.

Essa mãe, intrinsecamente marcada pela ideologia, acaba por reproduzir a ideia de que o filho deve a ela o que a mesma ofereceu a ele a vida toda, como se uma dívida precisasse ser paga. Sabe-se o quão difícil é para uma mãe soltar o filho no mundo, pois há um sentimento de “ninho vazio”, mas pouco explora-se o lado de que esse sentimento de perda da cria que sempre esteve ali expressa a reprodução de valores que pregam a servidão e gratidão aos pais (CHAUÍ, 2008).

Além disso, também apresenta-se a questão da mãe de Felipe não mostrar sentimentos bons em relação à companheira do filho. Segundo a vizinha: *“a gente sabe que ela não gosta da Luana, nunca aceitou o relacionamento né! Dizia que ela fazia muito mal pro Felipe, que não cuidava bem dele, que não sabia limpar, nem lavar, cozinhar [...]”* (Diário de Campo). As dificuldades supracitadas em relação à saída de um filho de casa são agravadas por questões de gênero que demarcam particularidades que intensificam a superproteção materna que se desdobram em relações conflituosas com a nora.

Pode-se compreender mais a fundo a postura da mãe em rejeitar tão fortemente a companheira do filho. Mulheres são criadas em lares em que os valores pregados são o de submissão e obediência, conforme discutimos ao longo do texto. A esposa precisa servir o marido, prover um bom lar, oferecer cuidado ao homem. Mães que estão inseridas nessa sociedade dominante e que reproduzem os valores disseminados, criam os filhos para que busquem em suas companheiras comportamentos que já estejam moldados pela ideologia.

Nesse sentido, os filhos homens tendem a ser influenciados por suas mães a procurar figuras femininas que assemelham-se a elas, estabelecendo relações de servidão e cuidado. Portanto, as mães tendem a criar seus filhos para que eles procurem elas mesmas em outras mulheres. Conforme Luana:

Ela sempre dizia que eu não ia dar boa esposa, que eu não sabia lavar uma roupa, que cozinava mal, não sabia nem limpar uma casa [...] no começo do namoro ela inventou de me ensinar essas coisas domésticas do jeito dela, que ela dizia que o Felipe tava acostumado, ia gostar, mas deu uma briga enorme entre a gente por isso [...] (Diário de Campo).

Interpreta-se, desse modo, que o fato de Luana não ser boa dona de casa - aos olhos da mãe de Felipe - sempre mostrou-se um problema. Tendo moldado o

filho para procurar em uma mulher um comportamento deveras específico, essa mãe sente-se no direito de apontar as falhas que enxerga, pois a companheira do filho não realiza funções domésticas da mesma maneira que ela realiza. A rejeição de Luana pela mãe de Felipe é mais um ponto de impasse na relação já conflituosa entre mãe e filho. Conforme a vizinha:

[...] ele sempre fica bravo quando a mãe começa a falar da Luana, pega as coisas e vai pra casa dele. Chega a ficar uns bons dias sem aparecer, sem prestar muita atenção na mãe. Ela fica toda miserável pelos cantos, reclamando [...] (Diário de Campo).

Percebe-se que a Fátima enquanto *mulher* é deixada de lado para que a Fátima *mãe* possa existir. A identidade social dessa mulher está colada aos cuidados de Felipe, ou seja, sem que tenha a função de cuidadora do filho ela não se reconhece em outras atividades. Por ter dedicado grande parte da vida às necessidades de Felipe, Fátima demonstra estranhamento em relação à nova realidade na qual ela não se reconhece, pois, predominantemente, suas atividades cotidianas estiveram relacionadas aos cuidados do filho que a partir de então inicia um processo de emancipação na relação com a mãe. Essa autonomia torna as atividades desempenhadas por sua mãe desnecessárias, o que produz sofrimentos que se desdobram em conflitos familiares (MARX, 2004).

Essa dificuldade é manifestada pela constante necessidade de atenção que Fátima exige de Felipe, sendo pelas inúmeras ligações telefônicas realizadas durante o dia ou pela apatia que apresenta quando o filho fica bravo com ela. Tendo exercido a função de *mãe* pela maior parte da vida, Fátima não parece enxergar outros jeitos de ser mulher que não estejam relacionados ao cuidado e servidão ofertados anteriormente ao filho.

Não há mais a constante necessidade de cuidados com Felipe quando o mesmo deixa a casa da mãe, como afazeres domésticos e comida, tampouco de seu transtorno, como horário de remédios, por exemplo. Sem as atividades que antes realizava por Felipe, Fátima sente-se perdida, já que não explorou os desejos próprios ao longo da vida, apenas incorporou modelos de comportamento impostos artificialmente pela ideologia (CHAUÍ, 2008).

Com a saída de Felipe de casa se abre precedente para que Fátima desenvolva outras atividades antes não exploradas por si, como sair com amigos/as, namorar, fazer uma comida para ela mesma, descansar das atividades tão exigentes que acompanham o maternar. A ideologia, no entanto, é responsável pela disseminação de ideias tão duras como a submissão e servidão da mulher, principalmente dentro da relação materna, que a mulher passa a não se reconhecer como nada além de mãe.

A dependência da mãe em relação a Felipe afeta o desenvolvimento da autonomia do mesmo. A culpa que discutimos ao longo do texto sentida por Felipe obstaculiza seu desenvolvimento humano porque reforça a permanência da relação de dependência com a mãe, que necessita o assujeitamento do filho já que não reconhece possibilidades de vida fora da maternidade.

A reprodução das funções atribuídas ao gênero feminino se desdobra em violência ao gênero masculino, já que mesmo com Felipe tentando romper o ciclo de dependência na relação com a mãe, Fátima ainda persiste em manter o contato intenso, palpitar sobre aspectos da vida íntima de Felipe e Luana, assim como utilizar a culpa em seu discurso para fazer com que o filho atenda a suas vontades.

Aqui também pode-se identificar a tentativa de rompimento do ciclo de dependência com a mãe a partir do momento em que a mesma deixa evidente seus sentimentos sobre Luana.

Chama-se atenção para esse extrato:

[...] Felipe tenta a diminuição das visitas, porque sempre que volta de lá, os episódios depressivos são intensos, já que a mãe, de maneira sutil, aponta sobre a solidão que sente, de como está sozinha, precisando de cuidados e não os recebendo do filho (Ribeiro, 2019).

A culpa que Felipe sente, então, é também fomentada pelas falas e atitudes da mãe. Mesmo que tenha sido ensinado pelos valores dominantes que o moralmente certo é estar sempre disponível para os pais, pronto para tomar conta dos mesmos durante a velhice, Felipe possui a experiência em seu cotidiano que aponta desejos contrários àqueles aprendidos durante sua criação, ou seja, o desejo que possui de construir uma vida independente da mãe vai de encontro com a

criação que teve, em que a figura materna toma conta de todos os aspectos de sua vida exercendo cuidado excessivo (THOMPSON, 1981).

Mesmo que Felipe tenha saído da casa de Fátima e esteja produzindo mais autonomia em sua vida com Luana, a criação baseada na dependência da mãe ainda influencia suas ações, pois Felipe não consegue romper totalmente o vínculo de dependência que possui com a mesma sem que tenha recaídas com seus transtornos ou demonstre intensa apatia no CAPS I.

Felipe realiza o movimento inicial de negação desses valores, pois, conforme supracitado, ainda sofre com as consequências da tentativa de quebra do ciclo de dependência que possui com a mãe. Embora tente, não consegue realizar novas sínteses em sua consciência, pois permanece sentindo culpa por ter saído da casa da mãe para vivenciar seu relacionamento afetivo, o que impacta diretamente em seu adoecimento mental:

Foi possível notar uma mudança significativa no comportamento de Felipe desde que ele deixou a casa mãe: começou a querer ficar sozinho no pátio, não sentia vontade de participar das oficinas, não interagiu mais com profissionais e usuários; coisas que sempre apresentou muita alegria ao fazer (Ribeiro, 2019).

O momento em que Felipe realiza a atitude prática que vai ao contrário do que aprendeu em seu cotidiano - exercitar sua autonomia mesmo que não seja incentivado pela mãe - é o momento em que seu estado mental se mostra instável, pois conforme discutido previamente, esse movimento é causador de intenso sofrimento psíquico. Tal processo de intensificação do sofrimento psíquico é evidente na mudança de comportamento do usuário no CAPS I, porque depois que ele foi residir com sua companheira Luana passou a ficar mais quieto e recluso. Conforme Luana ele: *“[...] começou a ter muitas crises depressivas durante a semana, chorava bastante, não queria comer, tomar banho, sair da cama, chegou a falar de suicídio até”* (Diário de Campo).

Infere-se que o movimento no qual Felipe exercitou sua autonomia buscando satisfazer seu desejo de residir com Luana, apesar de expressar potencialidades para a produção de saúde mental, se constituiu como uma situação desencadeadora de intenso sofrimento. A relação na qual a mãe de Felipe dedicou a maior parte do

seu tempo de vida aos cuidados do filho desencadeou uma dependência mútua na qual Felipe necessita dos cuidados da mãe que necessita da dependência do filho. Quando Felipe inicia um movimento de emancipação dessa dependência, sua mãe sofre e usa chantagem emocional na tentativa de conseguir atenção do filho em um processo que produz sofrimento. Esse contexto, que poderia se desdobrar em produção de saúde, se constituiu em gatilho para que o transtorno se aflore intensificando o adoecimento mental (THOMPSON, 1981).

Dessa forma, podemos datar o comportamento atípico de Felipe com as primeiras tentativas de desvencilhamento com sua mãe, pois o mesmo: “[...] *não queria mais ir pro CAPS, não tava mais tomando os remédios direitinho, não fazia mais acompanhamento [...] só o que ele queria mesmo era ficar em casa dormindo*” (Diário de Campo). Essas consequências são produto direto do ciclo que Felipe tenta romper com a mãe e da culpa que sente por isso.

Por fim, retoma-se o objetivo do capítulo de demonstrar **como é vivenciada as relações familiares e como as mesmas impactam no modo de vida dos usuários do CAPS I**.

Conforme supracitado, as relações familiares são atravessadas por processos sociais desencadeados pela desigualdade social e de gênero que se expressam na vida objetiva e subjetiva dos usuários. Na primeira situação apresentada, a família de Pedro vivencia expressões da questão social como a violência doméstica e o uso abusivo de álcool, que se desdobram em agressões psicológicas e físicas entre Pedro, o pai Luciano e a mãe Maria. Constatou-se que o sofrimento do usuário está mediado a violência intrafamiliar. Tal constatação iniciou-se a partir da observação de que o usuário apresentava maior ansiedade nos momentos próximos aos finais de semana que precedem a presença de seu pai em casa.

Nos momentos em que o pai está em casa ocorrem agressões físicas e psicológicas entre ele e a mãe de Pedro, que intervém no intuito de defender a mãe. Nesse contexto, a violência intrafamiliar se generaliza, porque sua mãe volta-se contra Pedro que a agride fisicamente. Tal situação produz confusão mental em Pedro entre os valores apreendidos socialmente que informam que devemos honrar os pais acima de tudo e suas vivências concretas nas relações familiares que geram culpa e agravam o sofrimento mental do usuário.

Os valores disseminados socialmente indicam que as mães devem colocar seus filhos à frente de qualquer coisa, inclusive de si mesmas. Esses valores nos moldam subjetivamente para “santificar” as mães, ao passo que cobram das mesmas a forma de amor mais puro com os filhos, conforme citamos ao longo do capítulo. Dessa forma, Pedro sente culpa quando agride fisicamente a mãe que intervém a favor do marido, porque sua atitude é avaliada de forma negativa pelos valores dominantes. A vivência cotidiana, então, é permeada pela violência que desencadeia um processo no qual Pedro toma uma atitude incoerente com os valores apreendidos quando agride fisicamente a mãe. Logo após a explosão do usuário, tem-se o intenso sentimento de culpa que desencadeia o agravamento do sofrimento mental, já que a agressão da mãe é compreendida a partir da atitude isolada de Pedro sem a complexificação do contexto da violência intrafamiliar no qual todos os membros são simultaneamente vítimas e autores de violência.

Na segunda situação apresentada, Felipe enfrenta conflitos com a mãe Fátima depois que sai de casa para residir com a companheira Luana. A relação de mãe e filho apresenta grande dependência, já que Fátima é muito apegada ao filho. Quando o mesmo deixa sua casa para morar com a companheira Luana, a mãe realiza diversas ligações ao longo do dia requisitando sua presença em casa.

Felipe, então, relata sentir-se muito culpado por ter “abandonado” a mãe quando saiu de casa. Essa culpa sentida se relaciona com o fato da mãe Fátima ter vivido a maior parte do tempo cuidando do filho, por conta dos transtornos mentais. O adoecimento mental de Felipe intensificou em sua mãe “instintos maternos”, ocasionando uma relação de superproteção com o filho que produziu obstáculos para o mesmo desenvolver autonomia nas decisões concernentes a sua vida.

À vista disso, pode-se inferir que o papel que Fátima desenvolve é o vendido pela ideologia de que a figura materna deve abdicar de sua própria vida para que o filho seja bem cuidado. O papel de superproteção que a mãe assume em relação a Felipe caracteriza-se enquanto um movimento em que o desenvolvimento da autonomia não é potencializado, pois a culpa sentida pelo mesmo obstaculiza seu desenvolvimento humano, já que reforça a permanência na relação de dependência que possui com a mãe. Em contrapartida, as atividades desempenhadas pela mãe de Felipe ao longo da vida estão atreladas aos cuidados do filho e reproduzem o

papel socialmente atribuído às mulheres que reduz as possibilidades de desenvolvimento humano e também produz uma dependência de Fátima do filho, porque ela não se reconhece em outras atividades.

Contraditoriamente o movimento no qual Felipe se movimenta autonomamente conforme seu desejo de viver uma relação amorosa que poderia ser potente para o desenvolvimento de sua saúde mental, agrava o seu sofrimento. Tal processo é produzido pela culpa alimentada por sua mãe que utiliza a vitimização para chantagear o filho no intuito de que o mesmo não deixe sua casa para residir com Luana. Desse modo, as relações familiares atravessadas pelas desigualdades de gênero produzem violência psicológica e agravam o sofrimento mental de Felipe. Infere-se que o processo no qual Fátima assume os cuidados do filho como sua “missão de vida”, a mesma acaba por oprimir seu filho em um movimento no qual um homem tem seu desenvolvimento humano prejudicado pela desigualdade de gênero.

4.2 A ausência da compreensão do modo de vida como objeto de trabalho: obstáculo para uma intervenção pautada na Clínica Ampliada

O modo de vida dos usuários do CAPS I, explorado no capítulo anterior, é apreendido parcialmente e não é compreendido como objeto de trabalho pelos/as profissionais de saúde. Serão apresentadas as situações de Pedro e Felipe, previamente trabalhadas no capítulo anterior em que foi abordado os impactos do modo de vida dos usuários e suas famílias no agravamento do adoecimento mental. Neste capítulo será problematizado a ausência de compreensão do modo de vida enquanto objeto de trabalho dos/as profissionais de saúde da instituição.

Durante o período de estágio pode-se constatar que aspectos relacionados ao modo de vida dos usuários eram tratados de maneira moralizadora pelos/as profissionais de saúde, reforçando a ideologia e a culpa dos usuários que se desdobrava em agravamento do sofrimento mental. Esse processo foi constatado quando Pedro relatou durante uma oficina de desenho na instituição: “*sábado eu bati na minha mãe de novo*” (Diário de Campo). No momento em que Pedro fez esse relato, riu de modo envergonhado e um/uma profissional de saúde interveio falando:

“já te disse que não pode bater na tua mãe! Não é engraçado, tu pode ir preso por isso” (Diário de Campo).

A abordagem utilizada pelo/a profissional tem tom de culpabilização do usuário, pois a afirmação de que: *“[...] tu pode ir preso por isso [...]”* (Diário de Campo), reforça os valores dominantes e demonstra que não há um aprofundamento dos/as profissionais de saúde em relação aos significados que os usuários atribuem às suas vivências concretas e, também, em relação às articulações que tais experiências estabelecem com o adoecimento mental. A abordagem realizada pelo/a profissional repercute na intervenção com o usuário, tornando-a moralizadora e incoerente com a clínica ampliada¹², que requer a consideração de aspectos sociais, econômicos, psicológicos, culturais e biológicos no planejamento das intervenções em saúde (BRASIL, 1990).

Assim sendo, quando o trabalho do/a profissional não reconhece os determinantes sociais que se expressam na vida de Pedro enquanto demandas de trabalho no CAPS I, é ofertado uma intervenção incoerente com os princípios da clínica ampliada, remetendo assim ao tratamento hospitalocêntrico tão negado pela Reforma Psiquiátrica¹³.

Não é possível compreender Pedro ou qualquer usuário da instituição sem considerar esses sujeitos e seus modos de vida para além da compreensão fragmentada do adoecimento mental restrito ao aspecto clínico. É preciso formular uma intervenção enquanto equipe que esteja em consonância com o princípio da integralidade¹⁴, em que o foco deve ser o sujeito e sua vida, contemplando a totalidade das demandas dos usuários e não apenas a doença que o acomete.

¹² “A Clínica Ampliada busca construir sínteses singulares tensionando os limites de cada matriz disciplinar. Ela coloca em primeiro plano a situação real do trabalho em saúde, vivida a cada instante por sujeitos reais.” (BRASIL, 2009)

¹³ A Reforma Psiquiátrica ganha força no país na década de 1980, a partir de movimentos organizativos de congressos com trabalhadores da psicologia e psiquiatria denunciando a condição precária e desumana do modelo manicomial da época, assim exigindo um tratamento humano e não hospitalocêntrico aos usuários.

¹⁴ A integralidade tem como ponto central a recusa do reducionismo e da objetivação dos sujeitos, em busca de um modo ampliado de apreensão das necessidades de saúde, como também de uma afirmação do diálogo como fundamental para a construção do cuidado, uma vez que só se alcança a realização de sua integralidade a partir da relação sujeito-sujeito (CURVO et al., 2018, p. 63-64).

O extrato supracitado demonstra que o modo de vida dos usuários não é reconhecido como objeto de trabalho, pois, quando uma demanda tão importante é direcionada para o/a profissional e não existe uma abordagem que vá ao encontro das necessidades apresentadas pelo sujeito, pode-se inferir que a apreensão do modo de vida dos usuários não perpassa o planejamento do trabalho e então a demanda apresentada não torna-se foco do trabalho.

Quando identifica-se o cenário em que os/as profissionais não se apropriam do modo de vida, pois não compreendem o mesmo como foco de intervenção, constata-se que o trabalho desenvolvido nas oficinas visa atingir objetivos pautados unicamente nos aspectos clínicos. Infere-se então que o trabalho desenvolvido pelos/as profissionais da instituição é um trabalho pautado na perspectiva da área em que se graduaram. O trabalho do/a profissional da terapia ocupacional tende a seguir as técnicas clínicas da profissão, como o desenvolvimento da motricidade e o estímulo cognitivo e criativo, embora sem considerar as atribuições da saúde mental dentro do Sistema Único de Saúde, como a clínica ampliada.

Quando a fala de Pedro é tida como uma declaração corriqueira para os/as profissionais, não levando ao aprofundamento dos conhecimentos acerca do modo de vida do usuário, a abordagem profissional acaba por não considerar intervenções necessárias para o tratamento, tais como abordagem individual com o usuário, a fim de propor reflexões sobre a problemática que envolve seu pai, mãe e a violência intrafamiliar, assim como uma abordagem com sua mãe e seu pai, já que a família também é foco do serviço.

Bussula, Oliveira e Volpato (2009, *apud* SOUZA; BRANDÃO, 2019, p. 108) referem que a questão social não se expressa somente na vida do usuário em sofrimento mental, mas também produz fragilidades nas relações familiares, por isso, ressaltam a importância de inclusão da família no processo de tratamento. Mesmo que o foco das autoras considere apenas o/a profissional assistente social, a família deve ser foco do trabalho no CAPS I tanto quanto o usuário, já que as demandas de Pedro, por exemplo, não baseiam-se apenas na doença e são atreladas ao seu modo de vida, em que a família e suas particularidades estão inclusas.

No entanto, para que a fala de Pedro sobre a violência que comete contra a mãe impulse abordagens individuais com os membros de sua família, é preciso reconhecimento e interesse dos/as profissionais em relação ao modo de vida do usuário, pois suas relações sociais permeadas de expressões da questão social devem ser objetos de trabalho dos/as profissionais, visto que as demandas de saúde mental do usuário não pode ser compreendidas integralmente de forma fragmentada do seu modo de vida.

À vista disso, os/as profissionais de saúde não conseguem contribuir com Pedro no processo de superação da contradição advinda da experiência na qual comete violência física na relação com a mãe, já que Pedro sai da condição de defensor da mesma para a condição de agressor. Esse movimento desencadeado por uma incoerência entre um valor subjetivado pelo usuário que remete a uma expectativa de amor mútuo, não correspondido com sua mãe, produz ódio seguido de uma situação concreta na qual agride a mãe. O episódio de violência na relação de Pedro com a mãe não tem potência, por si só, para contribuir com a superação dos valores dominantes que atribuem aos filhos o dever moral de “honrar pai e mãe”, por isso, intensificam o sofrimento psíquico de Pedro, pois ele sente-se culpado. Portanto, infere-se que os/as profissionais de saúde, para serem coerentes com a clínica ampliada, devem problematizar a relação de violência intrafamiliar com Pedro e seus familiares no intuito de produzir reflexões sobre as responsabilidades coletivas no desencadeamento da agressão da mãe pelo filho.

É possível compreender que esse sofrimento que Pedro sente após cometer a violência com a mãe não é trabalhado na instituição, apenas é tido como forma de moralizar ainda mais a atitude do usuário, intensificando a culpa que já sente, pois quando o mesmo verbaliza a violência que praticou contra a mãe, não é acolhido pelos/as profissionais, tampouco possui sua fala que expressa grande sofrimento reconhecida como demanda, digna do trabalho que deveria ser exercido pela equipe (Ribeiro, 2019).

A perspectiva unicamente clínica pode reproduzir preconceitos nos usuários, já que o/a profissional consegue trabalhar com os aspectos técnicos da profissão, mas desconsidera a violência como um elemento que também interfere no desenvolvimento cognitivo e motor do usuário. Esse preconceito nota-se de forma

evidente na fala do/a profissional registrada em Diário de Campo de que o usuário “[...] *pode ir preso* [...]” por conta da violência que comete contra a mãe.

Pode-se destacar que quando o/a profissional se refere de maneira moralizadora em relação a fala do usuário, ele/a está reproduzindo os valores dominantes disseminados pela ideologia, pois também é um/a ser humano que está inserido na sociedade capitalista, ou seja, a ideologia também perpassa a subjetividade desses profissionais.

A ideologia que atravessa a consciência dos/as profissionais é a mesma ideologia que atravessa a subjetividade dos usuários, portanto são indivíduos que possuem em suas vivências os mesmos valores dominantes e conservadores moldados pela ideologia e disseminados ao longo de suas vidas. Dessa forma, quando o/a profissional deixa que seus valores guiem sua abordagem no momento em que o usuário relata sobre a violência intrafamiliar, reproduz um discurso que vai ao encontro do que Pedro já tem como “certo” para si mesmo, sendo este discurso o intensificador da culpa já sentida pelo usuário. Pode-se inferir que primeiramente é preciso trabalhar a superação do conservadorismo na consciência dos/as profissionais de saúde, para posteriormente os mesmos poderem trabalhar com os usuários. Para isso, os processos de educação permanente devem ser inseridos nas equipes de trabalho.

Mesmo que os/as profissionais tenham a ideologia atravessada em suas consciências é importante destacar que não é possível deixar com que esses valores guiem suas ações dentro da instituição que atuam, por isso a importância dos gestores planejar atividades de educação permanente com fins de aprimorar os serviços prestados à população. No CAPS I os/as profissionais ocupam lugar de responsáveis por desenvolverem intervenções e abordagens que promovam a autonomia do usuário, que lide com seu sofrimento psíquico e com todos os determinantes sociais que possam impactar negativamente em seu transtorno mental.

Quando um trabalho contrário a esses preceitos é desenvolvido dentro da instituição, aponta-se que os saberes advindos da Reforma Psiquiátrica e da clínica ampliada são desconsiderados no cotidiano de trabalho, em que as abordagens são

desenvolvidas sem a finalidade que deveriam, desconsiderando o usuário enquanto ser humano e seu modo de vida.

O CAPS é uma instituição que visa ofertar às pessoas com transtornos mentais um tratamento clínico, mas que também preza pela reinserção social de seus usuários a partir do acesso ao trabalho, no exercício de seus direitos civis e no fortalecimento dos laços familiares e comunitários (BRASIL, 2004). Ou seja, a instituição também é responsável por oferecer um tratamento que incentive a autonomia do usuário para que o mesmo tenha um tratamento centrado não apenas em aspectos clínicos da saúde.

O próximo caso a ser analisado é o de Felipe, usuário que deixa a casa da mãe Fátima para morar com a companheira Luana após grandes conflitos na relação que possui com a figura materna. A situação é apresentada quando Luana, participando de um Grupo de Familiares existente na instituição, relata sobre o processo que Felipe está vivenciando desde que saiu de casa. Luana expressa que Felipe *“sente-se muito culpado por, em sua visão, ter abandonado a mãe”* (Diário de Campo).

No espaço do grupo são feitas algumas reflexões e apontamentos referente ao sofrimento de Felipe desde que o mesmo passou a morar com Luana, em que os/as profissionais discorrem sobre o comportamento do usuário dentro da instituição, de como é perceptível que seu sofrimento psíquico intensifica depois de episódios conflituosos com a mãe (Ribeiro, 2019).

À vista disso, aponta-se que embora a fala tenha potencial para servir de base fortalecedora da intervenção dos/as profissionais da equipe, não é um dado apropriado pelos mesmos, já que permanece apenas na discussão no grupo de familiares, ou seja, quando Luana apresenta a culpa que o usuário sente por ter abandonado a mãe, essa demanda - a culpa - não entra nas intervenções feitas com Felipe.

Conforme já mencionado, é possível inferir que embora haja o reconhecimento do modo de vida do usuário, essas demandas que surgem não são tidas como objetos que pautam as intervenções realizadas pelos/as profissionais de saúde, fazendo assim com que o tratamento direcionado ao usuário tenha vias predominantemente clínicas.

Pode-se observar que os profissionais sabem sobre o caso, discutem o mesmo, mas não é notório uma finalidade profissional por trás dos diálogos estabelecidos. Quando discutem sobre a situação de Felipe, nota-se um tom de “conversa” entre a equipe, sem direcionamento para o planejamento do trabalho profissional (Ribeiro, 2019).

A fala que Luana traz para o grupo é debatida entre os/as profissionais não como um debate da situação de Felipe para que novas intervenções sejam feitas com vistas a trabalhar a culpa do usuário em relação ao processo de deixar a casa da mãe, mas sim em conversas que possuem mais tom corriqueiro do que profissional.

Ademais, tem-se registro em diário de campo de que não são feitas abordagens com Felipe e sua mãe Fátima acerca de seus conflitos. O usuário participa das oficinas terapêuticas disponibilizadas na instituição que, conforme supracitado ao longo do capítulo, possui finalidades que contemplam apenas a área de atuação das profissões¹⁵ que coordenam essas oficinas e não consideram o modo de vida como objeto de trabalho. Além disso, o usuário tem encontros com o/a profissional da psicologia.

Como os/as profissionais não consideram o modo de vida como elemento importante no planejamento do trabalho, os diálogos referentes aos aspectos da vida que incluem a relação conflituosa de Felipe com a mãe são tratados de forma (des)profissionalizada, já que o foco do trabalho é centrado no desenvolvimento da motricidade e da cognição, ou seja, o/a educador físico, o/a terapeuta ocupacional e o/a artesã estabelecem diálogos amparados em conhecimentos técnicos quando focam nesses objetivos, tomados como fim em si mesmos, desconsiderando os determinantes sociais nos processos de adoecimento mental.

O não reconhecimento da importância do desvendamento do modo de vida como elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho também se expressa no grupo de familiares, quando Luana explicita as dificuldades do casal, por conta da relação de Felipe com a mãe e demonstra preocupação com o agravamento do sofrimento de Felipe quando ele inicia o movimento de autonomia em relação a sua vida. Tais questões apresentadas por Luana não são

¹⁵ As profissões que atuam nas oficinas terapêuticas na instituição são a terapia ocupacional, o artesanato e a educação física.

problematizadas e inseridas no planejamento do trabalho e essa postura dos/as profissionais expressa uma concepção predominantemente clínica na apreensão das demandas que se desdobra em intervenções centradas unicamente nos usuários fragmentados em CIDs, pois não incluem no planejamento do trabalho a intervenção nas relações conflituosas da família.

O trabalho desenvolvido na instituição não está pautado no princípio da interdisciplinaridade¹⁶, já que os/as profissionais coexistem no espaço do CAPS I e dialogam sobre os usuários em Reuniões de Equipe ou em diálogos separados para que todos tenham ciência das particularidades dos mesmos, porém ainda apresentam em suas intervenções ações baseadas em suas próprias atribuições profissionais predominantemente clínicas.

O usuário realiza terapia com o/a profissional da psicologia, para tratar da mente, vai para as oficinas de desenho, artesanato e educação física para trabalhar o desenvolvimento cognitivo e a motricidade, recorre para o/a profissional de serviço social quando possui uma demanda de benefício ou fome e procura os médicos quando necessita de receita ou está com alguma dor (Ribeiro, 2019).

O extrato acima apresenta anotação sobre fragmento referente ao trabalho desenvolvido na instituição e da separação por categoria profissional que ocorre. Ainda que seja uma instituição de saúde mental, é possível inferir que o profissional responsável pela lida com as questões da mente é o/a psicólogo/a, ao passo que o/a assistente social é o responsável pelas demandas referentes ao social do usuário e o/a terapeuta ocupacional é o/a profissional designado para as demandas que envolvam a motricidade e o cognição.

O trabalho realizado no CAPS I deve seguir os princípios da Reforma Psiquiátrica, com o trabalho interdisciplinar sendo um dos grandes pilares do serviço. A instituição é criada como substituta dos manicômios, portanto o trabalho desenvolvido nos Centro de Atenção Psicossocial não deve apresentar características de fragmentação, já que o sujeito não apresenta demandas isoladas. É necessário a compreensão do usuário em sua totalidade para que os profissionais

¹⁶ “A interdisciplinaridade situa-se [...] em um nível avançado de cooperação e coordenação, de forma que todo conhecimento seja valorizado, com relações de intersubjetividade e de co-propriedade baseadas em uma atitude de diálogo. Nessa interação e articulação entre as diversas áreas do saber envolvidas, é preciso haver respeito à autonomia e à criatividade inerentes a cada uma destas áreas, para que não sejam influenciadas ou excluídas deste processo” (ELY, 2003, p. 114).

de diferentes áreas desenvolvam um trabalho que compreenda todas as questões do indivíduo (LANCETTI, 2008).

Marcondes et al. (2012) aponta que a interdisciplinaridade agregada ao prefixo “inter” não tem apenas o significado de “soma”, mas sim de “fundir-se” em aspectos que são comuns às profissões. “É de um, mas composto por vários” em que vários não se perdem nas suas especificidades, mas que são ligados por aquilo que lhes é comum, ou seja, a interdisciplinaridade não tem como preceito apenas a soma dos conhecimentos de várias profissões que dividem o espaço sócio-ocupacional e que permanecem focados em suas próprias particularidades, mas sim em ações de intervenções que são de caráter comum a todos.

À vista disso, infere-se que não basta que os/as profissionais apenas dividam o espaço físico da instituição trabalhando cada qual isoladamente em suas áreas profissionais. O trabalho precisa ter um objetivo comum entre toda a equipe técnica, com intervenções pensadas para que consiga-se atingir o referido objetivo. O/a profissional de medicina precisa da visão do/a profissional do serviço social para que tenha compreensão do social no usuário que atende já que, conforme mencionado, precisa conceber o sujeito em sua totalidade para que sua intervenção seja pautada nos princípios da clínica ampliada, por exemplo.

Esse é o caso de Felipe, usuário que não têm suas demandas - as que vão para além do aspecto clínico do transtorno mental - reconhecidas pelos profissionais de saúde enquanto objeto de trabalho. Cada qual trata do usuário a partir de sua área de conhecimento, ou seja, cada um/a desempenha papel extremamente definido no tratamento ofertado a Felipe no CAPS I. O processo da saída de casa é apreendido como demanda do/a psicólogo/a, já que causa sofrimento mental no usuário, porém não é trabalhado pelo serviço social, em que abordagens poderiam ser desenvolvidas com a mãe Fátima e o filho para trabalhar a relação da culpa e dependência por parte da figura materna a partir dos condicionantes da ideologia.

Sendo assim, quando o trabalho exercido no CAPS I não apresenta características interdisciplinares, pode-se dizer que a equipe baseia-se na multidisciplinaridade¹⁷ no serviço de saúde mental. Cada área de conhecimento

¹⁷ Para Ely (2003, p. 114) na multidisciplinaridade o trabalho acontece de forma isolada, geralmente com troca e cooperação mínima entre as disciplinas.

permanece isolada em seus próprios saberes, assim oferecendo ao usuário um tratamento fragmentado enquanto instituição (ELY, 2003).

Quando a discussão realizada pelos/as profissionais não contempla aspectos da clínica ampliada, visando um trabalho interdisciplinar com objetivo de intervir com o usuário a partir de seus condicionantes sociais, tem-se um trabalho que não reconhece o usuário enquanto sujeito além do transtorno e que tampouco reconhece as possibilidades abertas pela apreensão do modo de vida ao processo de trabalho.

Dessa forma, pode-se afirmar que nesse processo de fragmentação que ocorre no trabalho dos/as profissionais, é perdido pela equipe um ponto chave na saída de Felipe da casa da mãe para viver com a companheira Luana, pois esse movimento também expressa o fortalecimento de sua autonomia e, por isso, é um movimento produtor de saúde apesar de aparecer no espaço institucional por meio do agravamento do adoecimento mental.

Mesmo que o processo seja também produtor de sofrimento mental em Felipe, deve-se reconhecer a autonomia que está sendo exercida pelo usuário, já que o mesmo realiza uma ação prática de negação dos valores dominantes apreendidos ao longo de sua vida por conta da ideologia (CHAUÍ, 2008; BARROCO, 2005). Ainda que Felipe sofra por “abandonar” sua mãe, o mesmo introduz um movimento de novas sínteses quando vai residir com sua companheira Luana, pois é motivado por desejos próprios advindos de si mesmo, não interiorizados artificialmente (MARX, 2004).

Aponta-se que o trabalho a ser desenvolvido pelos/as profissionais da equipe deva ser com vistas a fortalecer Felipe em sua decisão de saída da casa da mãe, para que haja fortalecimento de sua autonomia (LANCETTI, 2008). Quando a culpa que o usuário sente não é tida como demanda pelos/as profissionais em intervenções incoerentes com a clínica ampliada, tem-se a reprodução do sofrimento mental, ou seja, nada é feito com a culpa e sofrimento que o usuário sente, então o mesmo permanece preso ao sofrimento e a culpa sem que consiga realizar novas sínteses ou se desprender dos valores que o ligam à mãe (CUNHA, 2007).

Por fim, retoma-se o objetivo do capítulo de demonstrar como **a ausência da compreensão do modo de vida como objeto de trabalho torna-se obstáculo para uma intervenção pautada na Clínica Ampliada**. Pedro é um usuário que, em

oficina terapêutica, discorre sobre a violência física que cometeu contra a mãe, recebendo do/a profissional presente uma fala com vias moralizadoras e com aspectos de culpabilização. O mesmo comete a violência contra a mãe pois ela defende o marido Luciano das agressões de Pedro, todavia Pedro apenas é agressivo com o pai quando este bate em sua mãe, ou seja, a agressão de Pedro contra a mãe é pelo ódio que sente quando tenta a defender e a mesma toma partido do companheiro.

Quando o/a profissional realiza abordagem culpabilizando o usuário está reforçando os valores dominantes e também demonstra que não há aprofundamento da equipe em relação aos significados que os usuários atribuem às suas vivências e às articulações que tais experiências estabelecem com o adoecimento mental. Dessa forma, não está considerando o usuário para além do aspecto clínico do adoecimento mental.

Conclui-se então que quando os/as profissionais utilizam a perspectiva unicamente clínica tendem a também reproduzir preconceitos nos usuários, já que conforme supracitado, quando o profissional aponta que o usuário irá “*ser preso por bater na mãe*”, está deixando com que os valores dominantes que também possui interfiram em sua intervenção, acentuando a culpa já sentida por Pedro.

Já Felipe é um usuário que, ao sair da casa da mãe, sente muita culpa por ter a deixado, pois em sua visão a abandonou. Luana, companheira do usuário, relata no grupo de familiares a culpa sentida por Felipe. No entanto, a situação que expressa o modo de vida dos usuários, não é considerada como objeto de trabalho pelos/as profissionais, ou seja, a fala sobre a culpa de Felipe não é aprofundada no grupo e não é utilizada para subsidiar as intervenções da equipe multiprofissional.

Quando as situações dos usuários são apreendidos pelos/as profissionais em grupos ou em falas diretas em oficinas terapêuticas, ocorrem discussões em tom corriqueiro sobre as mesmas, pois elas não são incluídas no planejamento de intervenções que visem trabalhar, por exemplo, a culpa sentida por Felipe em relação à saída de casa ou a responsabilidade coletiva dos membros da família em relação às agressões cometidas por Pedro quando o mesmo tenta defender a mãe e é repellido pela mesma.

À vista disso, é possível inferir que embora haja o reconhecimento do modo de vida dos usuários, essas demandas que surgem não são utilizadas como objetos que pautam as intervenções realizadas pelos/as profissionais, fazendo assim com que o tratamento tenha vias predominantemente clínicas. Também é possível apontar que quando um trabalho dessa maneira é realizado pelos/as profissionais, existem abordagens e intervenções que não reconhecem os determinantes sociais como parte constituinte da vida do usuário, para algo além do aspecto clínico do adoecimento mental. Esse trabalho prestado então é incoerente com a clínica ampliada, já que não é possível compreender Pedro ou Felipe sem considerar seu modo de vida.

Ademais, constata-se que os/as profissionais praticam seu saber dentro da instituição fortemente ligados às suas áreas de saberes, ou seja, o/a terapeuta ocupacional desenvolve um trabalho ligado a motricidade e cognição, ao passo que a/o assistente social lida apenas com demandas referente a benefícios, assim como o/a psicólogo/a, que é responsável pelo sofrimento mental.

Dessa forma, com o trabalho desenvolvido pautado unicamente em aspectos clínicos e nas áreas de saber das profissões constituintes do CAPS I aponta-se que o trabalho não assume características pautadas na integralidade e na interdisciplinaridade - princípios da clínica ampliada -, já que os/as profissionais apenas coexistem no espaço físico da instituição, sem que o trabalho tenha um objetivo comum entre toda a equipe técnica, com intervenções pensadas para que consiga-se atingir o referido objetivo.

5 CONCLUSÕES: algumas totalizações provisórias sobre o problema de pesquisa

Ao final do presente estudo retoma-se o problema da pesquisa, que foi embasado no seguinte questionamento: **Como os modos de vida dos usuários do CAPS I impactam nos processos de saúde e adoecimento mental desse segmento populacional, em 2019/02?** Para tanto, tem-se como objetivo então **desvendar como os modos de vida dos usuários do CAPS I impactam nos processos de saúde e adoecimento, com o propósito de oferecer subsídios que contribuam com a ampliação dos diagnósticos e intervenções em saúde.**

A fim de responder a esse questionamento inicial, realizou-se diversos movimentos teóricos e empíricos com o intuito de problematizar as questões norteadoras que auxiliaram na resposta ao problema de pesquisa. As questões norteadoras formuladas inicialmente foram: **Como é vivenciada as relações familiares pelos usuários do CAPS I?**; Qual o significado atribuído pelos usuários em relação à participação no CAPS I?; Como a produção dos meios de existência impactam nos processos de saúde e adoecimento dos usuários?

Conforme supracitado, as questões norteadoras foram elaboradas para guiar uma pesquisa qualitativa de campo, com entrevistas semi-estruturadas com os usuários da instituição. No entanto, por conta do cenário pandêmico que assola nossa realidade desde março/2020, nos encontramos impossibilitados de desenvolver tal processo metodológico. Para superar tal impasse, foi desenvolvida uma pesquisa documental ancorada nos diários de campo produzidos em Estágio Supervisionado I, nos quais não foram encontrados dados para responder todas as questões norteadoras. Todavia, foi realizado o aprofundamento das mediações do modo de vida com o adoecimento mental a partir das relações familiares, haja vista a grande quantidade de registros que demonstravam tal correlação nos diários de campo.

Infere-se que o sofrimento de Pedro está diretamente ligado a violência intrafamiliar vivenciada em seu cotidiano, uma vez que quando o usuário tenta intervir a favor da mãe durante as agressões que essa sofre de seu marido Luciano, Pedro é repellido pela mesma que defende o marido. Assim, a mãe torna-se foco da

violência de Pedro. A situação em que a mãe defende o marido ao invés do próprio filho é causadora de grande confusão mental em Pedro, já que os valores dominantes nos informam que as mães devem amar os filhos antes de si mesmas é incoerente com a situação na qual Maria defende o marido ao invés de Pedro. Dessa forma, quando o usuário agride fisicamente a mãe, também coloca em contradição os valores que pontuam que os filhos devem honrar pais e mães.

Pedro sente culpa por agredir fisicamente a mãe porque a sua atitude é tida como negativa pelos valores dominantes, mesmo que seu cotidiano familiar seja permeado pela violência intrafamiliar. A contradição que ocorre entre os valores apreendidos socialmente e a experiência cotidiana é geradora de culpa que agrava o sofrimento mental de Pedro.

Já Felipe é um usuário que possui conflitos com a mãe Fátima porque essa assume um papel de extrema superproteção em relação ao mesmo, que acaba por produzir uma situação em que a relação com a mãe produziu obstáculos para que Felipe desenvolvesse autonomia em sua vida. Quando o usuário realiza o movimento de sair da casa da mãe e vai morar com a companheira Luana, relata sentir grande culpa por ter “abandonado” a mãe.

Fátima desenvolve o papel vendido pela ideologia onde a figura materna deve abdicar da própria vida para cuidar do filho. Com isso, a superproteção que tem com o filho obstaculiza o desenvolvimento humano de Felipe, uma vez que quando o mesmo realiza o movimento autônomo conforme seu desejo de viver uma relação com a companheira, tem com isso o agravamento de seu adoecimento mental. A culpa que sente por ter abandonado a figura materna é chancelada pela mesma, uma vez que a mãe depende tanto do filho que não se reconhece em outra atividade fora do maternar, tendo atitudes que fomentam a culpa de Felipe.

Conclui-se então que as relações familiares são atravessadas por processos sociais desencadeados pela desigualdade social que se expressam na vida objetiva e subjetiva dos usuários, além de reproduzirem a violência psicológica e física no cotidiano dos mesmos, agravando seu adoecimento mental.

Ademais, aponta-se para um dos achados desta pesquisa: a ausência da compreensão do modo de vida como objeto de trabalho que obstaculiza intervenções pautadas na clínica ampliada. Mesmo que esse tópico não se encontre

no problema, objetivos e tampouco nas questões norteadoras deste trabalho, aponta-se que são dados diretamente resultantes da análise dos dados sobre o modo de vida dos usuários provenientes dos documentos de diários de campo. Dessa forma, entende-se que os/as profissionais da instituição partem da perspectiva predominantemente clínica para pautar suas intervenções e abordagens.

À vista disso, conclui-se que utilizando a perspectiva unicamente clínica, tem-se um trabalho que reproduz preconceito nos usuários. Pedro, quando conta em uma oficina terapêutica que bateu na mãe durante o final de semana, recebe do/a profissional presente a informação de que ele irá ser preso pela agressão. Quando realiza tal abordagem com vistas a culpabilização e moralização do usuário, o/a profissional está deixando que os valores dominantes que também possui interfiram em seu processo de trabalho, assim acentuando a culpa já sentida por Pedro.

Os/as profissionais de saúde não utilizam a experiência que advém do cotidiano de Pedro para trabalhar com o usuário a superação dos valores dominantes, por exemplo, ou até mesmo a culpa que ele pega como se fosse inteiramente sua, já que é ele quem bate na mãe. O problema, no entanto, é que a ação de Pedro não pode ser compreendida sem que considere a violência física e psicológica que acontece entre Maria e Luciano, seus pais, e o fato da mãe sair em defesa do marido quando o filho tenta defendê-la das agressões.

Além disso, aponta-se também que os/as profissionais não consideram as demandas referente ao modo de vida dos usuários como objeto de trabalho, ou seja, quando a culpa de Felipe por abandonar a mãe é exposta em grupo de familiares pela companheira Luana tem-se o cenário em que a equipe de trabalho não utiliza a demanda para subsidiar as intervenções da equipe para além do grupo. Identifica-se uma realidade de trabalho em que as discussões sobre as situações dos usuários ocorrem em tom corriqueiro, sem a finalidade do trabalho que deve ser ancorado nos preceitos da Clínica Ampliada. Embora haja o reconhecimento do modo de vida dos usuários, já que os/as profissionais possuem conhecimento acerca das demandas dos mesmos, não as utilizam como objeto de trabalho com vistas a planejar intervenções para trabalhar a culpa sentida por Felipe e Pedro pelo abandono da mãe e a violência intrafamiliar.

Ademais, conclui-se também que os/as profissionais praticam seu saber na instituição predominantemente ligados às suas áreas de saberes, haja vista que as demandas são divididas entre os profissionais; o social é do/a assistente social, assim como questões de motricidade e cognição são para o/a terapeuta ocupacional. A equipe, então, não pauta sua dinâmica de trabalho na interdisciplinaridade, já que apenas coexistem no espaço da instituição, sem que o trabalho tenha um objetivo em comum.

Considerando os resultados encontrados ao longo desta pesquisa, aponta-se como sugestão para a superação do trabalho fragmentado e com vias predominantemente clínicas na instituição a implementação da Educação Permanente, com o objetivo de trabalhar assuntos como a política de saúde mental, Clínica Ampliada, SUS e Reforma Psiquiátrica, para que ocorra a problematização do processo de trabalho na própria instituição, a partir de demandas reais dos/as profissionais. A Educação Permanente tem como objetivo fortalecer os/as profissionais da instituição com conhecimento sobre a realidade na qual estão inseridos, com o objetivo de fomentar um trabalho que tenha o usuário para além do aspecto clínico de seu adoecimento mental.

É preciso fomentar temas como a interdisciplinaridade para que se desenvolva um trabalho que tenha todos os/as profissionais de saúde centrados no mesmo objetivo do trabalho, em que a equipe não exerça intervenções e abordagens visando apenas sua área de saber. Além disso, é necessário total compreensão do modo de vida atrelado ao adoecimento mental, já que apenas assim é possível desenvolver um trabalho centrado nos preceitos da clínica ampliada e visando a autonomia e promoção de saúde dos usuários do CAPS I.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo : Edições 70, 2016.

BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_fo_lheto.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, dez. 2012.

Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> .

Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília - DF. 2004. Disponível em:

<http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BORGES, Kristielen; RIFFERT, Ricardo; RUSCZAK, Thais. A manifestação da Questão Social e suas expressões sociais no espaço sócio-ocupacional (ACRIDAS). IN: **Caderno Humanidades em Perspectivas / II Simpósio de Pesquisa Social e II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social**, 2009, Curitiba, p. 59-67.

Disponível em:

<<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/1192>>

. Acesso em: 17 nov. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CUNHA, Gustavo Tenório. **A construção da Clínica Ampliada na Atenção Básica**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/312384/1/Cunha_GustavoTenorio_M.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

CURVO, Daniel Rangel; MATOS, Anna Carolina Vidal; SOUSA, Welinson de Lima; PAZ, Ana Carolina Amorim da. Integralidade e Clínica Ampliada na promoção do direito à saúde das pessoas em situação de rua. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, ISSN 1384-2147, Florianópolis, v.10, n.25, p. 58-82, 2018. Disponível em

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69614/41688>>. Acesso em: 02 set. 2021.

ELY, Fabiana Regina. Serviço Social e interdisciplinaridade. **KATÁLYSIS** v. 6, n.1, jan./jun. 2003, Florianópolis - SC, 113-117. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7123/6625>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. IN: CFESS/ABEPSS (orgs.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf>> . Acesso em: 10 out. 2020.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. IN: MINAYO, Maria C. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 67-80.

IAMAMOTO, Marilda V. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis**, n. 3, ano II, jan./jun. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2011, p. 9-32. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf> . Acesso em: 20 out. 2020.

LANCETTI, Antonio. **Clínica Peripatética**. Terceira Edição. Editora Hugitec. São Paulo, 2008.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálize**. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 73-82. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NwsP3r5mjsrCCwP9G3RYcCh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 out. 2020.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUZ, Ricardo Santos da. **Trabalho alienado em Marx: a base do capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Porto Alegre, PUCRS, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3502/1/000408014-Texto%20Completo-0.pdf>> . Acesso em: 22 out. 2020.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SANTOS, Sandra Regina; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Repensando a

interdisciplinaridade: contributos à atuação do assistente social na área da saúde. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v. 11, n.1 (13), p. 67-98 jan./jun. 2012 ISSN 1676-6806. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635028/2880>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINELLI, Maria L. O uso de abordagens qualitativas nas pesquisas em serviço social. IN: MARTINELLI, Maria L. (org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**, São Paulo: Veras, 1999, p. 19-29.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 nº 2 (4), ago/dez, p. 113-126, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539>> . Acesso em: 15 out. 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Capital**. 13. ed. Livro I. Boitempo, São Paulo, 2011.

MINAYO, Maria C. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. IN: MINAYO, Maria C. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-30.

MONTENEGRO, Cristiano V; MELO, Mércia C. Capitalismo e Questão Social. **Ciências humanas e sociais**, v. 2, n. 2, nov. Maceió, 2014, p. 13-24. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1820>> . Acesso em: 13 nov. 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. 2003. 253 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURCK, Maria da Graça Maurer. **O Lugar do método na formação e na intervenção profissional em Serviço Social**. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Melo Leidiany; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra Brandão. Serviço Social e Saúde Mental: Reflexões sobre a atuação do assistente social frente a pessoa com transtorno mental e sua família. **Revista Serviço Social em Perspectiva**. Montes Carlos, v.3, n.2, jul/dez-2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/458/1897>>. Acesso em 20 ago. 2021.